



**ATA N.º 24/XII-2º/2018-19**

**1** - Aos 21 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Revisão do Regimento da Assembleia Municipal;

3.2 – Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Membros do Júri do Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau. Chefe de Divisão de Assessoria, Comunicação e Imagem (DAC) dos SMAS”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aumento de Capital Social, Alteração de Estatutos e de denominação social da Empresa Municipal”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução Local Cível e de Trabalho de Almada”;

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo de Mutação Dominial entre a Câmara e as Infraestruturas de Portugal”;

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e de correção material do Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração por adaptação e correção material do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação do Júri para procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças (cargo de Direção Intermédia de 1º grau)”.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

#### **3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Sagueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1 –** Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ivan Gonçalves (PS), Ana Salvado (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Lourenço (CDU) Augusto António Proença PSD) e Manual Maria Braga (BE) comunicando a impossibilidade de estar presentes e solicitando a sua substituição.

**4.1.1 -** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Sérgio Bastos (PS), Pedro Dias Pereira (PS), José Gabriel Joaquim (CDU), Mara Rita Martins (CDU), José João Santos da Mata (CDU), por impedimento dos membros da respetiva lista Jorge Miguel Feliciano, Mário José Pedroso, Andreia Sofia Egas, António José Olaio da Silva, José Augusto Oliveira, Joana Tavares Raposo e António Abrantes de Almeida; tomaram posse igualmente Sónia Raquel Faria (PSD) e Fátima Maria Marras (BE).

**4.2 -** Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.3-** O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença dos/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco e Rui Carvalheira em substituição da Senhora Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Couvaneiro, respetivamente, Rui Jorge Martins, Tiago Galveia e Ana Cláudia Dias em substituição, respetivamente, dos/a Senhores/a Vereadores/a José Gonçalves, Amélia Pardal e António Matos, e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**4.4 –** Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:



**4.4.1** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

**4.4.2** - O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) sobre Festival Sol da Caparica 2018, enviado à Câmara Municipal em 17/01/2019, ainda não foi respondido.

**4.4.3** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre corte de atribuição de subsídios às Coletividades Culturais, enviado para a Câmara Municipal em 13/9/2018, foi respondido em 20/02/2019.

**4.4.4** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos por parte da Câmara Municipal de Almada até ao dia 1 de outubro de 2017, enviado para a Câmara Municipal em 26/11/2018, foi respondido em 20/02/2019.

**4.4.5** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre cumprimento das normas de segurança e legislação em vigor na restauração situada na zona do Ginjal, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2018, ainda não foi respondido.

**4.4.6** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre qualidade do ar no concelho de Almada, enviado para a Câmara em 13/2/2019, ainda não foi respondido.

**4.4.7** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre atropelamento de canídeo na zona pedonal da Avenida Bento Gonçalves (processo R/6983/2018), enviado para a Câmara em 31/1/2019, foi respondido em 20/2/2019.

**4.4.8** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre corte de árvore no Parque Municipal da Juventude, enviado para a Câmara em 31/1/2019, foi respondido em 20/2/2019.

**4.4.9** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre alteração do artigo do Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada que define a proibição de alimentação de animais de rua, enviado para a Câmara em 31/1/2019, foi respondido em 20/2/2019.

**4.4.10** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre a Casa da Dança, enviado para a Câmara em 11/2/2019, ainda não foi respondido.

**4.5** – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

**4.6** – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 19/XII-2.º/2018-19, 20/XII-2.º/2018-19, 21/XII-2.º/2018-19 e 22/XII-2.º/2018-19 da



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sessão ordinária de novembro de 2018 e a ata nº 23/XII-2º 2018-19 da sessão extraordinária de janeiro de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.

**4.6.1-** Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 19/XII-2.º/2018-19, 20/XII-2.º/2018-19, 21/XII-2.º/2018-19, 22/XII-2.º/2018-19 e 23/XII-2º 2018-19 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os Senhores Múncipes José Nuno Vaz do Nascimento, Sara Castanheira, Amélia Teresa Bastos Bessa, Joana Cardoso Casado, António Manuel Valadas Palma, José Armindo Bernardo, João Teixeira, Filipa Henriques e Maria Glória Pedroso.

**5.1.1** – O Senhor Múncipe José Nuno Vaz do Nascimento:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é José Nuno Nascimento, sou um dos diretores do “GRITO”, uma Companhia de Teatro que é formalmente uma Associação Cultural, em atividade desde 1995, mas formalizada juridicamente desde 2002, e que precisamente desde 2002, tem desenvolvido a maior parte da sua atividade nas casas de juventude de Almada, nomeadamente, no Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, no Laranjeiro, popularmente designado Casa Amarela, e também, na Casa Municipal de Juventude em Cacilhas, popularmente designada, Ponto de Encontro.

Tal como todos os restantes utilizadores deste equipamento municipal, que passarei a designar por Ponto de Encontro, soube pelos media, pelos jornais no meu caso, que no passado dia 6 de fevereiro, deliberou a Câmara Municipal de Almada, concessionar esse espaço a uma Companhia de Viseu, dirigida pelo conhecido coreógrafo Paulo Ribeiro, uma Companhia de Dança, concessionar o espaço da Casa Municipal de Juventude de Cacilhas – Ponto de Encontro, para a criação de uma casa da dança. Queria deixar claro, que não se trata aqui, nem da figura do conhecido coreógrafo, nem da receptividade que todos temos e Almada sempre teve, para com quem vem trabalhar junto da nossa vasta comunidade artística, há inúmeras provas disso, não é preciso dizer muitas. Basta lembrar, por exemplo, que na passada Quinzena da Dança, um festival de dança organizado pela Companhia de Dança de Almada, estiveram presentes, de todo o país, e também e sobretudo do estrangeiro, mais de quatro dezenas de coreógrafos. Mas o próprio Paulo Ribeiro poderá ser um excelente exemplo, se pensarmos que ele próprio, em tempos que já lá vão, coreografou também na Companhia de Dança de Almada, a então chamada Grupo de Dança de Almada, julgo que antes de se profissionalizar, porque se trata de uma companhia profissional. Mas não é a única companhia profissional de dança que existe em Almada. Há outras e com elevada reputação não apenas em Almada, mas também por todo o país e no estrangeiro. Há estruturas



que desenvolvem um trabalho simultaneamente na dança e no teatro, como o Ninho de Víboras, mas existem também estruturas que se dedicam inclusivamente à dança e são profissionais de altíssimo nível e também de grande reputação como o Marina Nabais da dança, que anteriormente se chamou “Menina dos Meus Olhos”, e que desenvolve também um trabalho junto da Clara Andermatt, e, portanto, no mais alto nível de dança que se faz no país. No entanto, naturalmente, a comunidade artística de Almada, sempre esteve receptiva a receber quem venha por bem, coloca-se um problema a um outro nível que é o seguinte: o Ponto de Encontro, é ocupado desde há três décadas, por um grande número de atividades, numa grande variedade de vertentes de teatro. Eu por exemplo, e o “GRITO”, mas eu próprio tenho desenvolvido um grande número de Work Shops quase em regime de continuidade, tanto na Casa Amarela, como precisamente no Ponto de Encontro. E, justamente, tal como o “GRITO”, têm sido desenvolvidas por inúmeras estruturas formalizadas que fazem um trabalho da maior importância sobretudo de comunidades juvenis e não só. Podia citar o Cena Múltipla, o Teatro de Areia, o Teatro e Teatro e muitas outras estruturas que estão neste momento e presentemente a desenvolver um trabalho nestes equipamentos e particularmente na Casa Municipal de Juventude de Cacilhas. Mas também, e talvez mais importante, a vocação das casas municipais de juventude, não deveria ser, é por necessidade, mas não deveria ser tanto para o trabalho também de ensaios, destas estruturas.

A minha pergunta concretamente é o seguinte: eu queria desenvolver a grande variedade de utilizadores deste equipamento, mas o que eu queria perguntar e deixar a nota é o seguinte: a intenção é que todos estes utilizadores sejam pura e simplesmente despejados, colocados na rua, o que é que se pretende para dar condições de trabalho futuramente a toda esta enorme diversidade de atividades e esta enorme riqueza deste Município?”

#### **5.1.2 – A Senhora Múncipe Sara Castanheira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho trabalhado com duas associações que têm ensaiado os seus espetáculos no Ponto de Encontro. Dada a concessão do espaço ao coreógrafo Paulo Ribeiro, e porque as associações que o têm utilizado de nada souberam antecipadamente, eu queria saber qual a resposta da Autarquia, no que toca aos espaços de trabalho que vamos ter daqui em diante? Que alternativas temos dado que ambas as casas de juventude já eram escassas para as necessidades de todos os grupos que as acolhem?”

#### **5.1.3 – A Senhora Múncipe Amélia Teresa Bastos Bessa:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me Amélia Teresa Bastos Bessa, sou artista plástica com trinta e cinco anos de atividade cultural. Sou proprietária na Herdade da Aroeira desde 1998.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Após vários episódios desagradáveis, aos quais não me vou referir por escassez de tempo de intervenção, venho apenas informar que no Tribunal da Relação e também no Supremo, com sentença transitada em julgado, o contrato de prestação de serviços assinado no ato da escritura com o promotor da urbanização da Herdade da Aroeira, padece de ilegalidade. Todas as cláusulas foram consideradas ilegais e por isso nulas. Por se tratar não de um condomínio fechado, mas sim de um espaço do domínio público. Contas feitas, só com as moradias e apartamentos, sem contar com os terrenos que também pagam, o promotor auferia cerca de 800.000.00€ (oitocentos mil euros) anuais.

Após esta introdução e constatando que a Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira – APRHA, na reunião de proprietários, manifestou impor o mesmo modelo anterior, com imposições de pagamentos e ameaças de coerções passivas, para quem se recusa a pagar, quero apenas fazer duas perguntas.

Primeiro, a Câmara Municipal está na disposição de assinar o tão ambicionado protocolo, a ser proposto pela Associação de Proprietários da Herdade da Aroeira, em substituição do contrato anterior? Contra a minha vontade vou ter de aceitar a decisão dos outros perdendo direito à liberdade? E terei de pagar um condomínio ou uma prestação de serviços? Sabem qual é o teor de toda esta negociação?

Segundo, tendo a Câmara Municipal sempre respondido oficialmente por diversas vezes, quando solicitada, que a Herdade da Aroeira, não foi, não é, nem nunca será um condomínio fechado, e que as cancelas e portarias são ilegais, por se tratar de um espaço do domínio público, pergunto: que preveem para a resolução desta constatação? Esta cláusula do contrato tal como as outras, foi considerada nula e ilegal.

Pelas razões apontadas, agradeço que me seja agendada uma reunião com a Senhora Presidente da Câmara Municipal, afim de apresentar documentação relevante.

Agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela oportunidade que me deu de expor o meu problema, apresento os meus cumprimentos a todos os presentes que testemunharam este momento.

Tenho aqui vinte e nove páginas para entregar à Mesa da Assembleia Municipal, e que muito agradeço que sejam entregues à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Não sei se têm conhecimento, mas todos os proprietários da Herdade da Aroeira, foram obrigados a assinar um contrato de prestação de serviços que é completamente ilegal. Eu pus a SILGOLF em Tribunal e ganhei a ação.”

### 5.1.4 – A Senhora Múncipe Joana Cardoso Casado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A todos os presentes agradeço a possibilidade enquanto cidadã poder usar da palavra.

Antes de mais quero só introduzir que faço parte da comunidade de Almada enquanto cidadã, enquanto parte da comunidade artística de Almada. Eu venho falar sobre uma situação que já foi aqui referida pelo primeiro



munícipe e pela segunda munícipe, que é o caso do Ponto de Encontro, que está a ser desvirtualizado para a Casa da Dança. Quero também começar por dizer que não há uma oposição relativamente à construção de uma Casa da Dança, por mais que já existe uma Companhia de Dança em Almada. Não há uma oposição para que venha o Paulo Ribeiro, para que faça o seu trabalho, para que mostre em Almada e à juventude de Almada, que há mais e que podemos aprender mais com outras pessoas, com outros artistas e com outras perspetivas. Isso não existe. Na comunidade artística todos são bem-vindos, há espaço para todos, e todos merecem a sua voz e o seu espaço. Aquilo que infelizmente está a acontecer, na perspetiva da comunidade artística, se assim não é, por favor corrijam-me, mas aquilo que é factual, é que o Ponto de Encontro que existe há trinta anos, foi um Ponto em que idosos, jovens como eu, todo o tipo de estatuto social, todo o tipo de pessoas frequentou e frequenta ainda hoje, que se encontra em atividade o Ponto de Encontro. Ora, face à notícia que vai fechar para se desvirtualizar de algo que é património cultural de Almada, o Ponto de Encontro foi onde nasceram imensos artistas, é onde continua a haver atividade artística, onde ainda nos podemos expressar. Eu queria perguntar com esta introdução e com este desenvolvimento, porquê o Ponto de Encontro? Tinha de ser o Ponto de Encontro, este espaço que é tão da identidade de Almada, que é tão da identidade da comunidade de Almada, faz parte da nossa história. Porque aquilo que passa, é que não há um conhecimento sobre a história desta Cidade, não há um conhecimento sobre as práticas que são feitas nesta Cidade. E isso é importante enquanto Câmara Municipal, enquanto Deputados/as Municipais, enquanto decisões políticas é fazer algo que é em prol da comunidade, fazer algo que tem conhecimento sobre a história da comunidade e dos almadenses.

E, portanto, sem mais nada a adicionar, a minha pergunta é: porquê o Ponto de Encontro? Pode ser outro sítio? Há forma de recuperarmos esse espaço que é tão especial para nós e que ainda hoje o usamos como atividade, e não queremos ser, e de certa forma, sentirmo-nos despejados deste sítio? Se há forma de reavê-lo, e o Paulo Ribeiro dirigir-se para outras instituições, para outros edifícios em Almada, e criar a sua Companhia de Dança que nós tão bem o recebemos, e se há essa possibilidade? Se há a possibilidade de haver também uma conversa entre a comunidade jovem que faz parte da Casa de Juventude de Almada, se acham que não há esse sítio, com muita pena nossa, que irá ficar infelizmente na nossa memória coletiva cultural, vai sim, vai-se sentir uma mágoa se isso acontecer, isso vos garanto. Mas a decisão está do vosso lado infelizmente ou felizmente, espero eu, e se caso não se pode reverter essa situação, quais são os espaços onde podemos praticar a atividade cultural que é tão importante na nossa Cidade?”

#### **5.1.5 – O Senhor Munícipe António Manuel Valadas Palma:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudar a população da Trafaria esta magnífica terra.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Como alguém disse, o global é o local sem paredes. Quero então falar do global, quero então falar da União Europeia. E, como o tempo é muito reduzido, vou começar e peço desde já desculpa se a lógica não for percebida da intervenção na medida em que vou começar pelo fim.

Começar pelo fim, são duas perguntas. A primeira, é se alguma vez a Assembleia Municipal pensou em realizar uma Assembleia Extraordinária para discutirmos a questão da União Europeia.

A segunda pergunta é dirigida ao Executivo. Gostaria de saber quantas obras estão alavancadas pela União Europeia e respetivos quantitativos.

Isto para quê? Porque seguramente estamos todos conscientes que mais de 50% da nossa vida é afetada pelas decisões da União Europeia, e normalmente nós como bons portugueses, chutamos para canto, não queremos saber. Ora bem, a União Europeia vai ter eleições, são eleições importantíssimas, porventura as mais importantes da União Europeia, não só pela situação interna da União Europeia, como também pela situação externa do mundo. Mas, na altura das eleições há sempre esperança, e eu diria é um tempo de esperança e é um tempo de exigência, exigência de novos direitos de cidadania europeia. Quais? Dois para começar. Que têm a ver com a componente económica, é o rendimento básico incondicional para todos os cidadãos da União Europeia, e é a alavancagem de políticas de pleno emprego na União Europeia. Portanto, são duas necessidades que todos os cidadãos da União Europeia têm. Não se esqueçam que a União Europeia sendo o espaço mais próspero, eu gostava de dizer aqui “Je suis Pedro Sanches”, num país rico não pode haver trabalhadores pobres, e a Espanha este ano fez um aumento de 22% no salário mínimo, coisa que em Portugal em quatro anos não se conseguiu lá chegar. E, também dizer que a União Europeia tem vinte e seis milhões de muito pobres. Num espaço que é o mais rico do planeta, não pode haver vinte seis milhões de pobres. Eu penso que os Deputados portugueses e os cidadãos portugueses, devem-se mobilizar para atingirmos esse objetivo.

Segunda questão, dir-me-ão, mas onde se vai buscar dois biliões de euros? Só dois números. A União Europeia tem um orçamento risível, 1% do PIB da União Europeia. Segundo ponto, a corrupção na União Europeia, vale novecentos mil milhões de euros. Tem aqui dois campos. Mas depois ainda há o futebol com ordenados obscenos, ainda há as grandes empresas que não pagam, há toda a economia digital que está por taxar na maioria dos casos. Portanto, há muitos sítios por onde ir buscar o dinheiro. O problema não é o dinheiro, o problema é a vontade política e a pressão dos cidadãos, que é muito pouca. Segunda questão. A União Europeia carece de défice democrático. A comissão que tem tanta força não é eleita, tem que passar a ser eleita. O Eurogrupo é uma entorse nas instituições europeias, parece que vai acabar, finalmente, aleluia. A questão também de proximidade do Parlamento Europeu, é fundamental que o Parlamento Europeu venha aos países.

Outra questão. Hoje foi aqui bem visível a questão cultural. Aqui a comunidade jovem de Almada preocupada com o Ponto de Encontro. E eu estou preocupado com outra coisa, que é a União Europeia tem um património



cultural fantástico. Os grandes criadores mundiais são europeus. Foram europeus, já morreram. Mas, foram europeus. Não há Mozart, onde é que eles estão a não ser na Europa. E a Europa aqui também com a Rússia. É tempo de fazer um grande programa da União Europeia, para levar a cultura da Europa a todos os cantos da União Europeia. E, em segundo lugar, o Erasmus podia agora passar a ser o Erasmus da população, não só dos trabalhadores, dos estudantes universitários, mas de todos, dos mais velhos, dos trabalhadores etc., para poder ir à Europa, porque só nos conhecendo uns aos outros, é que nós podemos ser fraternos. E, a questão das migrações, seria outra coisa que a gente falaria, mas isso seria o tempo mau da União Europeia, fica o tempo mau para outra altura.”

#### **5.1.6 – O Senhor Município José Armindo Bernardo:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui em nome dos Clubes de Atletismo do Concelho de Almada. Amigos de Atletismo da Charneca da Caparica, Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo, Monte KAPA Escola de Desporto, Núcleo Desportivo Juvenil do Laranjeiro, Sport Almada e Figueirinhas, Solar dos Leões de Almada. Utilizadores da Pista Municipal de Atletismo de Almada, e espaço de lançamentos longos, martelo e disco. Vamos ler um manifesto de preocupações:

Vimos manifestar a nossa preocupação sobre o uso do espaço exterior de lançamentos da pista Municipal de Atletismo. Esta ocupação, que inicialmente se previa até 13 de janeiro, prejudica os clubes e seus atletas, que assim veem o seu treino limitado a uma gaiola interior, quando antes se podiam dividir por duas (lançamento do martelo no exterior e lançamento do disco na gaiola interior).

Assim, a grande concentração de atletas nos dias de treino numa só gaiola, reduz para 1/4 o treino necessário.

Acresce que, com o relvado ocupado por outras modalidades (râguebi do Sobredense e do Sport Lisboa e Benfica), ficamos limitados a dois treinos por semana, à terça e quinta feira.

Por último, e de primeira importância, o espaço ocupado pelo Ice Park e agora sem uso, é um espaço desportivo, anexo à Pista de Atletismo e onde se fazem Torneios de Lançamentos de nível regional, nacional e internacional, trazendo ao Concelho os melhores lançadores com grande visibilidade para Almada e divulgação nos meios de comunicação social.

E sendo um espaço desportivo, o que faria sentido era preservá-lo, melhorá-lo, como fazem outros municípios, criando à volta da pista uma aldeia desportiva que melhor servisse a modalidade atletismo.

Há duas semanas realizou-se o Torneio Regional de Lançamentos. No entanto, por falta daquele espaço, o Torneio teve de realizar-se em dois dias, sábado à tarde na Pista do Seixal (martelo) e domingo de manhã na Pista de Almada.



E pese embora as dificuldades em que os nossos Atletas têm treinado, os Clubes do Concelho (Amigo do Atletismo da Charneca de Caparica, Clube Pedro Pessoa Escola de Atletismo, Núcleo Desportivo Juvenil do Laranjeiro e Sport Almada e Figueirinhas), arrecadaram vários títulos individuais e sagraram-se Campeões em Masculinos e Femininos. Isto mostra que Almada precisa e merece da dignificação daquele espaço desportivo e não da sua ocupação com atividades, contra as quais nada temos, antes pelo contrário, mas que podem ser postas em prática num qualquer local do Concelho em que não se prejudique a atividade desportiva.

Está previsto no calendário regional, e aceite pela Câmara Municipal, o Torneio de Lançamentos Internacional do Laranjeiro, evento importante e de grande visibilidade e divulgação, mas que corre o risco de não se realizar por falta de condições (o espaço exterior de lançamentos é imprescindível).

Anexamos o mail e exposição dos Clubes de Atletismo do Concelho, que já distribuímos.

Duas ou três notas importantes. Ouvimos nos corredores, e foi-nos confirmado ontem em Sessão de Câmara, que, de facto, a alteração do espaço está em movimento com a movimentação da gaiola. Mas deixamos algumas preocupações.

Agora que até o circuito foi renovado, e ainda nem utilizado foi, vai-se gastar uns milhares de euros para se lançar para um terreno privado, informação da Câmara Municipal a 30 de novembro, quando tivemos uma reunião para agendar e ver as estruturas e visão de tempos para esta época. A gaiola existente já tem pouca iluminação, será que a nova localização vai melhorar? Qual será o seu custo? A gaiola irá ficar com espaço para margem de segurança? É importante, não é só dizer que nós sabemos que há informações, cabe lá uma gaiola, então e a segurança?

Além de continuado prejuízo dos treinos e estágios da Associação e Federação, irá estar pronto todo este processo para o Torneio Internacional de Lançamento agendado e que iria contar para o circuito nacional de lançamentos? Até esse pormenor, eu ontem por acaso não explicitiei porque não estava preparado e as coisas vão crescendo.

Os Clubes estão disponíveis para colaborar na melhor solução para todos.”

#### **5.1.7 – O Senhor Município João Teixeira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Ninho de Víboras é uma das muitas associações do Concelho que se dedicam à produção e apresentação de espetáculos na área do teatro e da dança. Formada em 1996, como uma das primeiras estruturas multidisciplinares do país, teve desde o início como missão divulgar novas linguagens e novos artistas do panorama contemporâneo português e internacional.



Instruiu a nossa associação a 23 de setembro de 2018, uma candidatura na Plataforma dos Benefícios Públicos, ao abrigo do RMAMA – Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, com vista a solicitar um apoio financeiro para a edição de um livro de fotografia, inventariando o acervo do fotógrafo António Coelho, que nos acompanha desde o início, e a construção de uma base de dados digital que colocaria disponível à população documentação e informação quantitativa relativamente à nossa produção, a pretexto das comemorações dos vinte anos de atividade da nossa associação. De recordar, que este projeto seria concretizado por arquivistas que já disponibilizaram ao público, digitalmente, os acervos de Amílcar Cabral, Manuel Mendes, Natália Correia, Malangatana Ngwenya, Mário Soares, Resistência Timorense, Abel Salazar, Alberto de Lacerda, Carlos Gil, o Infante Dom Henrique, Gil Vicente, e o Estado Português da Índia entre outros.

Tendo tido conhecimento da divulgação dos resultados a 28 de dezembro último, foi com desalento que constatamos que a nossa atividade não havia sido contemplada. Na ausência de informação no que respeitava à avaliação do nosso projeto, solicitamos aos serviços esclarecimentos quanto à forma e resultados da apreciação. Tendo enviado entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro cerca de dez emails solicitando esse esclarecimento, que julgamos ser devido em nome da transparência e competência, recebemos por fim, via postal, a seguinte resposta: Lamentavelmente, não estão reunidas as condições necessárias (...) relativamente a uma ou várias das seguintes situações: a) Candidatura insuficientemente instruída em termos de documentação necessária; b) a candidatura está condicionada à disponibilidade orçamental; c) a entidade tem situação por regularizar perante a Câmara Municipal de Almada; d) a entidade só se poderá candidatar à aquisição de viatura três anos após a data do último apoio.

Em face da leitura dessa missiva, nenhum esclarecimento nos foi prestado quanto à avaliação do nosso projeto. Considerando que não nos candidatámos à aquisição de nenhuma viatura; que a documentação necessária à instrução da candidatura e trâmites de regularização foram comprovadamente acolhidos pelos serviços (conforme email), resta-nos adivinhar que o projeto não foi aprovado por falta de disponibilidade financeira. Mas também somos levados a crer que a Câmara Municipal de Almada possui agora uma nova parceria com alguma instituição de jogos sociais, e que a atribuição ou não atribuição de apoios tem agora o seu quê de totoloto, tendo as associações de adivinhar qual terá a argumentação que valida um projeto de vinte anos. Adivinhar e conjecturar não é próprio do serviço público, e está, para a transparência que muito apregoam os novos procedimento e regulamentos, como coisa por demais opaca. Não pretendendo colocar em causa o juízo que cabe politicamente à Câmara Municipal quanto à pertinência dos projetos que apoia, vimos ora solicitar a este órgão autárquico que pugne pela aplicação de regulamentos que agilizem e desenvolvam o movimento associativo, não sobrecarregando onerosamente o funcionamento dos próprios serviços, e que dê respostas claras, bem argumentadas e atempadas às solicitações, evitando estimular conjecturas e suposições quanto à atribuição de apoios.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Gostaria também de solicitar ao Movimentos Associativo, a todos os presentes que aqui representam o Movimento Associativo, que estejam atentos e que exijam, dos órgãos autárquicos, a devida aplicação dos regulamentos, para evitar conjecturas e suposições.”

### 5.1.8 – A Senhora Múncipe Filipa Henriques:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos a chegar ao final do mês de fevereiro e há uma questão que me tem intrigado há algumas semanas: O que é feito do Festival Sol da Caparica? Pois bem. Sou múnice há 27 anos, exatamente a minha idade. Cresci com a ideia de que a Margem Sul não era mais que um dormitório, que os grandes eventos só aconteciam em Lisboa, que a Cultura estava apenas na Capital. Uma ideia que se foi desmontando, à medida que Almada se destacava com produção teatral, divulgação do património, exposições... e um evento que me era muito querido: a Quinzena da Juventude.

Entretanto, em 2014, surge o Festival Sol da Caparica, que me fez acreditar que Almada é capaz de organizar eventos de grandes dimensões, para largos milhares de pessoas.

Um evento em que pouca gente acreditava inicialmente, eu ouvi este feedback, precisamente por acontecer na Margem Sul, mas que, ao longo das suas cinco edições, foi ganhando o seu lugar, a sua credibilidade e a adesão de público de todas as idades.

Nos relvados do Parque Urbano da Costa de Caparica, vimos famílias inteiras assistir a inúmeros concertos e ouvir dezenas de artistas, com uma grande particularidade: todos eles portugueses ou a cantarem português.

Por isso, a Iberian Festival Awards premiou o Festival Sol da Caparica como: Maior Festival Nacional de Música Portuguesa, dos PALOP e Brasil; 4º Maior Festival anual em lotação, com bilhetes pagos e o único sem patrocinador comercial! Porque sempre foi, simplesmente, "da Caparica". De acordo com a organização, a AMG Music, entraram em 2018, 77 mil pessoas no recinto, das quais 7 mil crianças com 6 anos ou menos. A receita foi a melhor de todas as edições, gerando o menor investimento municipal final de sempre! A restauração e o alojamento na região esgotaram. Foram injetados 1 milhão e meio de euros na economia local e nacional. Foram gastos 2 milhões e 200 mil euros em bilhetes e consumos no interior do festival. Mais de 1600 pessoas trabalharam durante o evento, sem contar com os 250 voluntários. Uma dezena de pessoas de forma permanente, a trabalhar ao longo do ano para o festival. Tudo isto, lembro, dados levados a público pela organização. Com tudo isto, o Festival Sol da Caparica deixou de ser um evento municipal, para passar a ser um evento de todos nós, cidadãos de Almada e um evento de todo o país, por dar destaque, reforço à música nacional ou cantada em português. Em janeiro do ano passado já eram conhecidos os nomes de alguns dos artistas que tivemos oportunidade de ver e ouvir nos palcos do festival em agosto. A 2 de fevereiro de 2018



eram colocados à venda os bilhetes para a edição desse ano o festival. Por isso, quase a terminar fevereiro deste ano, pergunto: vai ou não haver Edição 2019 do Festival Sol da Caparica?”

**5.1.9 – A Senhora Munícipe Maria Glória Pedroso:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, amabilidade por me deixar usar da palavra. Eu vou ser muito breve. Já ando a caminho da Câmara Municipal de Almada há muitos anos. Eu só quero fazer aqui um pequeno reparo e deixar a minha mensagem de pedido. Eu habito numa vivenda na Trafaria, quase há quarenta anos. A casa está degradada porque os donos não querem sabem. Alguém tem que os obrigar, não eu porque não tenho essa capacidade de, se bem que se calhar já podia ter feito qualquer coisa de mau, mas não quero, eu sou civilizada. Vistorias já foram feitas algumas, a última vistoria que foi feita, foi em março do ano de 2017, está quase a fazer dois anos. Entretanto, eu própria já reuni com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, em meados de setembro do ano passado, e a Senhora Vereadora tomou nota das minhas preocupações, ficou de me informar mais tarde ou o Executivo Camarário, para voltar a reunir. Acontece que estamos quase no final de fevereiro e eu continuo à espera. Eu própria tomei a liberdade de enviar uma missiva para a Senhora Presidente da Câmara Municipal, no dia vinte e nove de janeiro deste ano. Eu continuo à espera. Eu gostava imenso que se debruçassem sobre a minha situação, porque eu não tenho possibilidades, o imóvel não é meu, e alguém tem que ser responsabilizado, os proprietários. Há todas as indicações que me foram pedidas na Câmara Municipal de Almada, eu já não sei o que é que hei de fazer. Tenho o meu marido com uma deficiência de 65%, tenho imensas dificuldades, e eu gostava que a Câmara se debruçasse, serei eu a única pessoa a pedir, será que há mais casos idênticos ao meu, ou ainda pior? Se calhar até há. Mas eu não sou egoísta, eu só queria que se debruçassem sobre a minha situação, acho que não é pedir muito, porque a habitação está degradada e eu qualquer dia tenho vergonha de viver ali, porque parece passou por lá um tremor de terra. Portanto, deixo aqui o meu apelo, à Câmara Municipal, aos Senhores Vereadores, a todos, não só à Senhora Presidente de Câmara, a todos, que analisem o meu caso, que se debrucem sobre ele, e que por favor me deem respostas. Porque eu já não aguento, eu qualquer dia estou a KO. Peço imensa desculpa se os aborreci, a minha situação é muito caricata, há imensos anos que eu ando a padecer. Agora, só um pequeno reparo. O Senhor Vereador, não sei qual é, peço desculpa, o responsável do trânsito. Aqui na Trafaria na rua onde eu habito, na rua 1.º de Maio, o estacionamento que está a ser feito pelos próprios moradores, está abusador, porque os moradores estacionam os carros com as quatro rodas em cima do passeio, eu penso que tem que haver uma disciplina, alguém tem que ser chamado à atenção, não sou eu, eu não estaciono mal, mas os que moram em frente a mim estacionam. Eu moro no número 17, qualquer coisa que eu possa ajudar-vos a esclarecer, estarei ao vosso dispor. Obrigada por me terem ouvido.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**5.2** - Em resposta aos/às Senhores/as Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Miguel Salvado, a Senhora Vereadora Francisca Parreira e os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Galdes (CDU), Luís Palma (CDU), Carlos Guedes (Ind), Inês Bom (BE), Carlos Revés (CDU) e Margarida Lourenço (PS).

**5.2.1** - A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou começar pela ordem em que me foram colocadas as perguntas e começava por juntar o senhor município José Nascimento com os senhores municípios que a ele se seguiram, e que versaram exatamente o mesmo assunto relacionado com o Ponto de Encontro.

Aquilo que posso dizer relativamente a todo este problema, para já foram utilizadas expressões que não me pareceram ser condizentes com aquilo que é o conceito da Casa da Dança. A Casa da Dança não uma casa que vai ser aquela casa, a Casa da Dança. E, portanto, sendo um conceito, e estando efetivamente previstos ensaios que possam decorrer no Ponto de Encontro, tudo aquilo que está a ser feito, e tendo ainda presente que o próprio Paulo Ribeiro e o conceito Casa da Dança, tem como pressuposto a articulação com outros grupos do Concelho, com quem até sabemos que já reuniu, nomeadamente, com a Companhia de Dança, e o objetivo é exatamente aquele que alguns municípios até já aqui versaram, que é o fluir a troca de experiências, ouvirem outras vertentes diferentes, juntar-se a estas. Tudo aquilo que está a ser pensado é a rentabilização de espaços, daquele, de outros, de forma a que todos possam coabitar e desenvolver os seus projetos. Portanto, não há lugar àquilo que aqui foi dito, que foi concessionada, vamos ser desalojados, nenhum destes conceitos está subjacente àquilo que é, o que está a decorrer e que está suposto e subjacente à vinda do coreógrafo Paulo Ribeiro. Portanto, penso que todos vão participar na discussão, vai haver aqui um encontro de vontades, de tempos, de articulação, de espaços. O conceito “foi concessionado a”, penso que não existe, não estão aqui presentes, o “vamos ser expulsos” também não, e, portanto, aquilo que peço é que tenhamos todos o espírito aberto, e que nomeadamente falando de cultura, possamos estar todos disponíveis para colaborar e permitir, como também alguns dos municípios disseram, que a cultura possa ser enriquecida e não quartada com a vinda do coreógrafo Paulo Ribeiro.

Depois a Herdade da Aroeira. Relativamente a esta matéria, e porque o pelouro está sob a alçada do Vereador Miguel Salvado, pedir-lhe-ia que fizesse o favor de responder à nossa município.”

**5.2.2** – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



O pelouro da Herdade da Aroeira, não é um pelouro meu, é um pelouro quanto muito dividido por vários Vereadores, para que fique claro. Aliás é um trabalho conjunto de equipa, no meu caso das redes viárias, do SMAS, da sinalização; no caso do urbanismo da Vereadora Francisca Parreira, no caso da salubridade da Vereadora Teodolinda Silveira.

No entanto, tem havido uma preocupação por parte da rede viária, de acompanhar esta situação, porque vamos ser claros. Isto é uma situação que foi herdada por este Executivo, que já foi várias vezes discutida nesta Assembleia Municipal ao longo dos últimos, pelo menos dez ou quinze anos, eu próprio enquanto Deputado Municipal, coloquei várias vezes questões aqui sobre a Herdade da Aroeira, e sobre esta situação que existe realmente com Silgolf, e desde que nós fomos eleitos, houve essa preocupação da nossa parte, de reunir com a Silgolf, reunir com a APRHA – Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, reunir com as entidades que fazem parte do território. E aquilo que nós estamos neste momento a tentar resolver, são situações do passado, de loteamentos e planos de urbanização que ainda não foram totalmente aceites, há inclusive garantias com dezenas de anos, há uma série de situações que nunca foram resolvidas e que nós neste momento estamos a tentar resolver. Algumas delas até têm a ver com a receção de vias, até com receção de partes de saneamento que está a uso há vinte anos. E é isso que estamos a fazer neste momento. Os técnicos inclusive, ainda esta semana houve uma deslocação ao local, e estamos a preparar juntamente com o urbanismo, toda a receção definitiva, daquilo que temos que resolver com o promotor da Herdade da Aroeira que é a SILAROEIRA, para que possamos estar em condições então, de analisar com calma, ter toda a informação, ter todos os problemas resolvidos, para que, com quem está no terreno, com a APRHA e não só, porque há ali outras entidades importantes como os proprietários do Golfo, os donos do Hotel, etc., porque aquele território naturalmente tem características muito especiais e muito próprias, e tem que ser analisado como tal. Não há nenhum compromisso com a APRHA fechado com a Câmara Municipal, não há. Há, sabemos, por parte da APRHA uma iniciativa e uma vontade de poder participar, mas não há nada fechado. E estamos numa fase em que estamos a analisar as soluções todas, juntamente com as entidades que estão no terreno, juntamente também com a própria Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, que também naturalmente tem aqui uma palavra a dizer, e depois haveremos de chegar a uma fase em que sim, provavelmente teremos que tomar alguma decisão e iremos tomar essa decisão. Dizer só o seguinte: aquilo que disse aqui é verdade, nós sabemos que houve vários proprietários que já ganharam ações em tribunal por causa daquelas cláusulas que estão nos contratos, sabemos disso perfeitamente. Aliás, há vários que não têm cumprido com as suas obrigações.

Só esclarecer que estamos neste momento a trabalhar nesse assunto, e que provavelmente em breve poderemos ter novidades. Mas mais uma vez digo, foi algo que herdamos e estamos a tentar resolver.”

**5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal substituta, Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agora iria responder ao senhor munícipe António Manuel Palma, já todos conhecemos o seu idealismo, eu conheço-o bem, e é evidente que todos sabemos que a Europa é um espaço muito desigual e que é efetivamente necessária muita vontade política para o tornar menos desigual. Relativamente à questão que coloca concreta, se a Assembleia Municipal já pensou na realização de uma Sessão da Assembleia para discutir os problemas relacionados com a União Europeia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirá se alguma vez pensamos, ou se estamos a pensar, ou se podemos pensar, nessa matéria, não sou capaz de lhe responder. Penso que a pergunta foi um bocadinho retórica, no sentido de lhe dizer que obras é que são apoiadas pela União Europeia. Relativamente ao Erasmus, já existe um Erasmus+, pode haver um Erasmus+ para a cultura, penso que sim, são tudo boas ideias, mas não posso dizer-lhe muito mais do que isto.

Relativamente ao senhor munícipe José Bernardo, que já ontem esteve na reunião pública de Câmara. Vou repetir aquilo que ontem referi relativamente à questão relacionada com a pista de atletismo, com o terreno contíguo e com o Ice Park. Foi dito na referida reunião de Câmara, e reafirmo, que a gaiola será efetivamente mudada, que inclusivamente serão melhoradas as condições com a criação de uma plataforma de saltos e uma caixa. Aquilo que foi dito ontem e que se vai passar, é que tudo isto está a ser feito em diálogo entre o Departamento do Desporto, a Junta de Freguesia e a Federação de Atletismo, que todos participarão nesta discussão, e que aquilo que se pretende é, aproveitar aquele espaço não só para atividades desportivas como eventualmente, uma parte para atividades de animação cultural e que aquilo que se pretende no médio prazo, é inclusivamente criar a Cidade do Desporto da Sobreda. Portanto, não me parece que nada disto será redutor do desenvolvimento da atividade, e poderá ser até enriquecedor com outras atividades. Portanto, apela-se a que de facto haja um diálogo construtivo com todos aqueles que são intervenientes no espaço e que estamos condenados a ter que discutir e a ter que nos entender.

Relativamente ao senhor munícipe João Teixeira e aquilo que colocou de mais concreto e que lhe posso responder, tem a ver com o RMAMA – Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo. Aquilo que lhe posso dizer é que o RMAMA, como sabe, esteve em fase de constituição de audiência de interessados, terminou, vai dar-se início à consulta pública, e em março faremos nova candidatura. Não vou com certeza pronunciar-me sobre algumas outras questões, penso que isso nem sequer caberia aqui, e tudo será com certeza na candidatura que em março vai ser feita, bem esclarecido, talvez com mais pormenor na medida em que serão feitas com mais tempo o que é absolutamente necessário para análise, e tudo será comunicado. Aquilo que eu sei, é que, pelo menos todas as pessoas receberam relativamente às suas candidaturas alguma informação, o que nem sempre aconteceu. E, portanto, sabem quantas candidaturas houve, sabem quantas foram aprovadas, sabem que candidaturas foram aprovadas e as que não foram, e eu penso que isto é um passo bastante significativo nesta matéria. Poderão ser dados outros para melhorar, poderão com certeza, e serão.



Relativamente à senhora Múncipe Filipa Henriques. A única coisa que lhe posso dizer é que estão a ser desenvolvidos todos os procedimentos para que o Festival Sol da Caparica seja realizado, e está cá para ficar. Não lhe posso adiantar mais nada.”

**5.2.4 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esclarecer apenas a Senhora D. Maria da Glória, que o assunto que trouxe aqui hoje à Assembleia Municipal é um assunto que recorrentemente traz e que sabe que está a ser seguido atentamente por este Executivo. Sabe que a sua habitação, a habitação onde permanece, é um imóvel que não é propriedade própria, portanto, não é sua propriedade. E, portanto, não é elegível, nem no âmbito da ARU – Área de Reabilitação Urbana, porque o território onde habita está coberto pela Área de Reabilitação Urbana, e que a dificuldade que se coloca relativamente ao apoio para a reabilitação, é precisamente a Senhora D. Maria da Glória não ser proprietária, nem ter título de ocupação da habitação.”

**5.2.5 – Usou ainda da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:**

“Senhora Presidente de Câmara substituta, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que relativamente à possibilidade de Assembleia Municipal reunir para discutir aspetos relacionados com o Parlamento Europeu e com o projeto europeu, é matéria que eventualmente não decorre diretamente das competências e das atribuições da Assembleia Municipal, de qualquer modo, penso que é uma sugestão importante, manifestar a vontade e o empenho em que o assunto seja discutido, poderemos eventualmente estudar qual é a melhor solução, melhor figurino, para responder a esse anseio.”

**5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito rápido e pedi a palavra apenas porque fiquei surpreendido com a informação que a Senhora Vereadora e Presidente em exercício, Teodolinda Silveira, aqui nos trouxe sobre o protocolo com a Companhia Paulo Ribeiro.

Porque o nº 3, da clausula 2ª, do protocolo, diz o seguinte: “O apoio logístico da 1ª outorgante consiste na cedência da utilização a título gratuito, pelo prazo de vigência do presente protocolo, do espaço denominado Ponto de Encontro, sito em Cacilhas”. É isto que está escrito no protocolo e que foi aprovado na reunião de Câmara. Por isso, espantou-nos a informação que a Senhora Vereadora Presidente em exercício, Teodolinda Silveira aqui nos trouxe.”

**5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para nos pronunciarmo-nos sobre a intervenção que houve aqui por parte de um munícipe em representação dos diversos clubes de atletismo do Concelho de Almada, e manifestarmos também a nossa preocupação, até porque nos parece que algo não está a ser aqui devidamente explicado, e que é bastante preocupante, tendo em conta aquilo que, a existência de um outro espaço ao lado da Pista de Atletismo, neste momento está a provocar no desenvolvimento da prática desportiva dos nossos atletas, e estamos a falar já de níveis relativamente elevados no panorama desportivo, quando aquela zona é uma zona que tem sido para o desenvolvimento dessa mesma prática, não só pela pista que é o equipamento existente, como da valência que nós denominamos de zona de lançamentos e de treino, que neste momento está a ser ocupada. Ainda para mais, quando há um compromisso do próprio município, formal, com a Junta de Freguesia, na realização de mais uma edição de um torneio de lançamentos incluído nos jogos desportivos, mas que fruto das diversas edições e da sua robustez, neste momento já tem uma componente internacional onde alguns atletas de diversos países assim como os nossos nacionais, realizam ali algumas vezes os seus últimos momentos para obter os mínimos para as diversas provas, inclusive este ano, é ano de realização dos jogos europeus, e, portanto, admite-se a possibilidade de que alguns ainda naquele espaço venham também a obter como se deseja essas classificações. E, portanto, deixamos aqui a nossa solidariedade para com o Movimento Associativo em particular com os Clubes de Atletismo, e ao mesmo tempo agradecemos as respostas céleres porque a divulgação está em marcha e toda a logística deste Torneio está a ser executado.”

#### **5.2.8 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi para falar, não obstante de algumas das matérias que foram levantadas neste período poderem voltar a ser abordadas no período que iremos ter sobre a Atividade Municipal. Há duas questões que eu queria deixar. Uma que resulta de uma parte do requerimento que eu enviei ao Executivo, está respondido, mas esta resposta e o requerimento em si, e tudo o que hoje aqui assistimos e que temos vindo a assistir nos últimos dias, poderia, na minha opinião, ter sido evitado, se tem havido um diálogo prévio com as estruturas, associações, os vários grupos que já trabalhavam no Ponto de Encontro, no sentido de os preparar para as alterações que aí viriam com o acolhimento do projeto da Casa da Dança. Isto se calhar faz a ponte para o que o senhor munícipe José Bernardo aqui veio dizer e que foi agora também levantado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Palma. Isto é os clubes, as associações, todas as entidades que operam aqui, têm a sua atividade programada, com datas previstas, com o empenhamento de muita gente que muitas vezes nem sequer é profissional. E, portanto, dedica as suas horas vagas a esses eventos. E o que é preciso é que estas pessoas tenham do lado da autarquia um fator de estabilidade e não o seu contrário, e era bom que isso passasse, pelo menos, a haver algum cuidado nesse campo. E isto faz também a ponte para a resposta que a Senhora Vereadora Presidente em exercício,



Teodolinda Silveira, deu ao munícipe João Teixeira, eu não sei se o munícipe ficou satisfeito com a resposta, ele não pode recolocar a pergunta, mas eu enquanto Deputado Municipal, não fiquei satisfeito com a resposta porque não a percebi. Ou seja, a pergunta que o munícipe aqui veio deixar enquanto representante, presumo eu, do Ninho de Víboras, que pertence à estrutura de direção, fizeram um pedido de subsídio que foi recusado e que lhe foram apresentados quatro motivos para essa recusa, que nenhuma delas é, e a resposta que a Senhora Vereadora Presidente em exercício deu não foi conclusiva, não foi para mim esclarecedora, e como tal gostaria que fosse um pouco mais específica.”

**5.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também sobre este tema da Casa da Juventude, na passada reunião da Câmara Municipal de Almada a seis de fevereiro, foi aprovado este protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o Coreógrafo Paulo Ribeiro, em que a Senhora Presidente Inês de Medeiros, referiu que esta Companhia se iria instalar numa pequena sala do Ponto de Encontro e que se adaptaria às atividades que já existiam, havendo assim a necessidade de uma coordenação. No entanto, o Bloco de Esquerda tomou conhecimento que as associações e grupos que estão neste momento na Casa da Juventude, têm manifestado a sua profunda preocupação sobre o futuro da própria Casa da Juventude, como foi aqui referido hoje, visto que as últimas informações que receberam também por parte do Executivo, foram de que há um ano atrás numa Assembleia Municipal, em que a Senhora Presidente de Câmara disse que a Casa da Juventude teria de ser demolida e iria ser reconstruída no mesmo local. Pela enorme importância que este espaço representou e representa para o Município de Almada, através da sua estrutura aberta a todos, especialmente ao movimento associativo, artístico e jovem e que espigou a criação de artistas criando condições à experimentação e à liberdade, gostaríamos de perguntar à Câmara Municipal, quem é que vai fazer a coordenação do espaço referido pela Senhora Presidente? Para quando estão previstas as obras na Casa da Juventude? E para onde é que irão as associações, as pessoas, as organizações e também a Companhia de Dança Paulo Ribeiro quando forem iniciadas as obras?”

**5.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma pergunta muito rápida. Só para dizer que na questão da Aroeira, os argumentos que o senhor vereador Miguel Salvado aqui nos deu, também não respondem aos problemas expostos. Porque afinal de contas, se prometeram que estes problemas seriam de rápida solução, porque é que ainda não estão resolvidos?”

**5.2.11 – A Senhora Deputada Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Senhor Presidente, é só para solicitar um esclarecimento à Mesa, é porque ou eu posso estar enganada, ou este período da ordem do dia, é um período de intervenção da população, em que os eleitos sejam eles do Executivo ou Deputados/as Municipais, devem tentar esclarecer aquilo que foram as dúvidas da população e daquilo que é o meu entendimento, a exceção da intervenção dos Senhores Vereadores, mais nenhuma intervenção que aqui foi feita, foi para esclarecer aquilo que foi perguntado pelos cidadãos. E por isso, eu agradecia que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tivesse também mais atenção a isso, e sensibilizasse toda a Assembleia para esta questão. Para respeitarmos aquilo que é a ordem de trabalhos e a que é que compete cada ponto da ordem de trabalhos.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:**

**6.1.1- Vítimas de violência doméstica, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE).**

A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

*Voto de Pesar pelas vítimas de violência doméstica e de género*

A violência doméstica é, na categoria de crimes contra as pessoas, o crime que mais mata em Portugal.

Nos últimos 15 anos, morreram 503 mulheres e quase 600 foram vítimas de tentativas de assassinato, sendo que, em 2019, em apenas um mês meio, já existiram 10 femicídios e a morte de uma criança. Este, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, é um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há 18 anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e de todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e muitas crianças para proteger. Não nos podemos conformar nem resignar com a situação atual. A violência de género tem que ser encarada como um problema político, de direitos humanos e de cidadania, de que as autarquias se não podem alhear. Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 21 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Manifestar a sua profunda consternação pelas onze vítimas de violência doméstica deste ano de 2019 fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

2. Reforça o comprometimento da autarquia no combate à violência doméstica e de género.”

**6.1.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação do voto de pesar, tendo sido aprovado por unanimidade.**

**6.1.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.**



**6.2** – O Senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que foram remetidos aos serviços dois documentos fora do prazo regimental. Assim, e uma vez que não foi gerado consenso para a sua aceitação, não foram admitidos pela Mesa para apreciação nesta reunião.

**6.3** – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

**6.3.1** – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD), para apresentar a moção “Pelo alargamento do projeto Almada Solidária”;

A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Pelo alargamento do Projeto Almada Solidária

O Projeto Almada Solidária consiste num serviço de transporte adaptado para munícipes com mobilidade reduzida e portadores de deficiência. A prioridade é para o transporte de crianças na deslocação para a escola. Neste momento, o transporte adaptado é assegurado pela Câmara Municipal de Almada, através de uma parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

Num concelho em que a mobilidade é sempre um tema relevante, é importante garantir a sua equidade. O PSD/Almada defende que as crianças portadoras de deficiências, que já tenham neste momento acesso ao Projeto Almada Solidária, vejam a sua equidade de mobilidade alargada aos setores da saúde e da cultura. Isto é, o serviço municipal que as desloca até à escola deverá efetuar o mesmo para quando estas crianças necessitarem de ir a um centro de saúde ou hospital, ou desejarem marcar presença, por exemplo, numa exposição municipal.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 21 de fevereiro de 2019 delibera o seguinte:

- 1) Que o executivo estude a forma de alargamento do Projeto Almada Solidária, havendo a possibilidade de manter a parceria com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental; efetuar o serviço de forma independente; ou ainda procurar uma nova parceria com outra associação para o alargamento.
- 2) Que o executivo proceda ao alargamento do Projeto Almada Solidária às áreas da saúde e cultura.”

**6.3.2** – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) para apresentar o voto de saudação “Cuidadores de animais de rua do concelho de Almada”;

O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação aos Cuidadores de Animais de Rua do Concelho de Almada

Os animais que vivem nas ruas do nosso Concelho não são, muitas das vezes, animais assilvestrados ou nascidos na rua, tendo sido abandonados ou tendo-se perdido das suas famílias, o que os deixou numa situação de grande vulnerabilidade perante doenças, adversidades climáticas e na procura de alimento e abrigo.

O número crescente de animais abandonados e errantes acentua a importância dos cuidadores e do papel fundamental que estes desempenham na sobrevivência destes animais, suavizando uma realidade incontornavelmente adversa.

O papel do cuidador de um animal de rua é essencial pois cumpre um dever ético ao providenciar alguns meios de subsistência a animais desamparados, muitos deles vítimas de abandono por parte de quem, legal e moralmente, os deveria proteger. Para além da alimentação, o cuidador assegura também frequentemente os cuidados médico-veterinários, a vacinação e a esterilização daqueles que são os animais de “ninguém”, suportando ele próprio os elevados custos associados.

Estes cuidadores, cidadãos e cidadãs no nosso concelho, desempenham ainda um papel essencial no Programa CED (Captura, Esterilização e Devolução) apoiado pela autarquia, sendo fundamentais no controlo da população de gatos, acompanhando e cuidando das colónias do concelho.

Agindo de forma voluntária, altruísta e desinteressada, estes cuidadores assumem assim grande relevância nas comunidades locais, contribuindo para a manutenção da saúde pública ao manter os animais mais saudáveis, mais sociáveis e mais adotáveis. Por eles, abdicam do seu tempo e dinheiro, protegendo-os de uma vida cruel de abandono e dando-lhes, não apenas algum conforto e proteção material, mas sobretudo amor e cuidados afetivos, tornando possível que animais medrosos e traumatizados reconquistem a confiança necessária para que se tornem sociáveis e adotáveis, aptos a partilhar o espaço público com seres humanos e outros animais, sem constituírem uma potencial ameaça.

Estamos certos de que o desejo de construir um concelho mais humano, mais empático e mais solidário, é partilhado por todos passando tal por reconhecer valor naqueles que cuidam dos mais frágeis e desprotegidos, humanos e não humanos.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 21 e 22 de fevereiro de 2019, delibera: Saudar os cuidadores de animais de rua como forma de reconhecimento pelo seu trabalho e dedicação na proteção destes animais, bem como na salvaguarda do bem-estar da população em geral, contribuindo de forma significativa para o controlo populacional de animais errantes, bem como para a mitigação dos efeitos dramáticos da prática de abandono.”



**6.3.3** – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar a moção “Mais descentralização, melhor habitação”;

A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A habitação é um direito fundamental. É a partir do exercício deste direito que se permite aos cidadãos aceder a outros direitos, como a educação, a saúde, o trabalho ou a realização pessoal.

Compete por isso aos decisores políticos criarem condições para que todos disponham de condições de habitabilidade dignas, não permitindo que se perpetuem situações de exclusão social.

Esta sempre foi e será uma preocupação primordial do Partido Socialista na sua atuação política local e nacional.

No âmbito do processo de transferência de competências para as autarquias locais, com a anuência desta Assembleia Municipal, a partir de 2019, passará a competir ao Município de Almada a gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, bem como a gestão de imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional do Estado e cuja propriedade seja transferida para o Município.

Porquanto, tratando-se de habitação, o atual executivo não poderia recusar tal desígnio, quando persistem, em Almada, problemas de natureza estrutural no setor da habitação e os almadenses almejam ver efetivas melhorias neste âmbito.

É por demais evidente que a gestão ruinosa das Câmaras Municipais geridas pela CDU – a que Almada, lamentavelmente, não foi exceção – levou a situações dramáticas no nosso concelho e nos concelhos limítrofes.

Durante anos, a desresponsabilização das autarquias governadas pela CDU quanto a esta matéria pautou a sua (não) ação política. Para os executivos comunistas foi, e continuar a ser, sempre mais fácil não avocar o encargo de realojar as pessoas em situação precária, pois isso significaria assumir o papel de senhorios que nunca quiseram ter, mesmo tendo condições financeiras para o fazer, como é o caso de Almada. Por esse motivo, há décadas que os Municípios governados pela CDU se mantêm como meros espetadores do problema da habitação, limitando-se a culpabilizar o Estado central.

Veja-se a situação preocupante a que chegou o bairro do Vale do Chícharos, vulgo Bairro da Jamaica, no concelho do Seixal, com a gestão da CDU. Se a situação não se encontra ainda resolvida, muito se deve à falta de atuação do Município do Seixal, que veio a declinar acordos sérios com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., (IHRU) tendentes a se encontrar uma solução efetiva para as mais de duzentas famílias que ali habitam.

À semelhança do que têm preconizado, por deliberação da Assembleia Municipal do Seixal, do pretérito dia 25 de janeiro, o Município do Seixal, ao contrário do Município de Almada, rejeitou a competência para gestão da habitação social, com os votos contra dos eleitos do Partido Socialista.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Em acréscimo, não podemos deixar igualmente de repudiar a instrumentalização e o aproveitamento político dos recentes episódios ocorridos no Bairro da Jamaica, que mais uma vez mais evidenciam a desresponsabilização dos decisores políticos quanto ao problema de fundo: a necessidade de realojamento daqueles cidadãos.

Saliente-se que, segundo os dados do IHRU, Almada é atualmente o município com maior número de barracas, sendo as Terras da Costa e o Segundo Torrão dois dos maiores bairros de barracas do país. O Município de Almada durante todos os anos de governação comunista nunca procurou concretizar a erradicação das referidas barracas através de mecanismos disponibilizados pelo Estado central, como o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/93, o qual visou essencialmente a erradicação de barracas.

Como é sabido, a gestão da habitação social não é de todo uma tarefa fácil, implicará não só um esforço financeiro e administrativo por parte da autarquia, como a viabilidade de candidaturas a diversos mecanismos e apoios a programas existentes, porém a Câmara Municipal de Almada e o Partido Socialista não se demitirão desta responsabilidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 21 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Reconhecer o direito à habitação como um direito fundamental de um Estado de direito democrático e como condição essencial para o exercício dos outros direitos fundamentais e para a efetiva igualdade de oportunidades;
2. Repudiar a instrumentalização política dos episódios ocorridos no Bairro da Jamaica e a desresponsabilização reiterada das autarquias locais sob gestão da CDU quanto às necessidades urgentes de realojamento da população excluída do acesso à habitação digna;
3. Congratular o Município de Almada por, já em 2019, ter anuído o exercício de competências no domínio da habitação, nos termos do Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro;
4. Que sejam tomadas, com a celeridade possível, pelo Município de Almada em comunhão com o Governo, medidas concretas que promovam o início de um processo sério de erradicação das barracas no concelho de Almada.”

**6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU), para apresentar a moção/saudação “Pela atribuição ao Teatro Extremo do Prémio Renascença no Brasil e pela atribuição ao Sementes do Selo EFFE pela Associação Europeia de Festivais”;**

O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Moção/Saudação Pela atribuição ao Teatro Extremo do Prémio Renascença no Brasil e pela atribuição ao Sementes do Selo EFFE pela Associação Europeia de Festivais

No passado dia 23 de janeiro o diretor artístico do Teatro Extremo, Fernando Jorge Lopes, foi galardoado com o Prémio Renascença – Medalha de Mérito em Prol da Cultura Piauiense, no Brasil.

Esta distinção traduz o reconhecimento da profunda relação existente entre o Teatro Extremo e o Teatro do Piauí, construída ao longo de mais de duas décadas, onde se foram recebendo, regularmente em Portugal, no Festival Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, companhias de teatro deste estado brasileiro e, similarmente, se apresentaram periodicamente os trabalhos do Teatro Extremo no Piauí.

Nesta longa colaboração, destaca-se igualmente o trabalho de Fernando Jorge Lopes na direção em “Dois Perdidos numa Noite Suja” e “Quando as Máquinas Param”, de Plínio Marcos numa coprodução com o Grupo Harém de Teatro, na administração de um workshop de teatro no Clube dos Diários em Teresina, a convite da Secretaria de Estado do Piauí e na direção de “A Grande Festa”, espetáculo de encerramento do FestLuso – Festival Lusófono de Teresina em 2017, que contou com a colaboração de inúmeros outros criadores, cenógrafos, pintores, bailarinos, coreógrafos, cineastas e técnicos, entre outros.

Fernando Jorge Lopes irá igualmente neste primeiro trimestre de 2019, ano em que o Teatro Extremo comemora os 25 anos de atividade, dirigir a peça “Os Javalis”, do autor brasileiro contemporâneo Gil Vicente Tavares, a convite do diretor do Teatro 4 de Setembro – teatro do Estado do Piauí.

Para além desta condecoração, o Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, mereceu uma vez mais o reconhecimento da Associação Europeia de Festivais, com a atribuição do Selo EFFE para 2019-2020, pela qualidade da sua programação, ligação à comunidade e impacto internacional do festival.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 21 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Saudar o Teatro Extremo pela comemoração em 2019 dos seus 25 anos de atividade;
2. Saudar o Teatro Extremo e o seu diretor artístico, Fernando Jorge Lopes, pela atribuição do Prémio Renascença – Medalha de Mérito em Prol da Cultura Piauiense;
3. Saudar o Sementes – Mostra Internacional de Artes para o Pequeno Público, pelo reconhecimento da Associação Europeia de Festivais, consubstanciada na atribuição do Selo EFFE 2019-2020 a este festival pela sua qualidade da sua programação, ligação à comunidade e impacto internacional.”

**6.3.5** – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar a moção/deliberação “Saudação ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março”;

A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Saudação ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março

Almada, Município de Abril, terra de mulheres e homens que com coragem e determinação sempre lutaram em defesa da Liberdade e da Democracia, assinala e celebra o Dia Internacional da Mulher – 8 de março, numa comemoração que ocorria no nosso Concelho mesmo antes da Revolução de 25 de Abril de 1974.

A celebração do Dia Internacional da Mulher representa, a cada ano, a confirmação e reafirmação de um compromisso comum de defesa da Paz, da Igualdade e da Solidariedade, valores que integram o leque de grandes conquistas dos Portugueses plasmadas na Constituição da República Portuguesa desde 1976.

No tempo presente, a luta das Mulheres em defesa dos seus direitos fundamentais e inalienáveis, desde a primeira hora caldeada na luta mais vasta de todos, mulheres e homens, por uma vida melhor, mais digna e mais feliz, tem que traduzir-se na exigência de eliminação de flagrantes desigualdades sociais e individuais que persistem na sociedade atual, não obstante importantes avanços e conquistas já alcançados.

Ao saudar a luta das Mulheres, que é de todos os dias e que o Dia 8 de Março culmina essa luta de todos os dias, não podemos ignorar:

- Que em muitas situações laborais, para trabalho igual não acontece ainda um salário igual, as Mulheres continuam a perder;
- Que ainda no mundo laboral, a mulher trabalhadora, mãe e cidadã continua a ser objeto de discriminações inaceitáveis no seu percurso profissional, de que é exemplo a situação de uma trabalhadora corticeira de Santa Maria da Feira que foi “castigada” e despedida simplesmente por ter exercido o direito de defender o seu posto trabalho;
- Que em muitas situações da vida familiar, as Mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica, sendo muito preocupantes os dados mais recentes sobre esta realidade em Portugal;
- Que as Mulheres continuam a ser vítimas maiores do tráfico de seres humanos, em particular em situações relacionadas com a prática da prostituição, uma forma grave de violência exercida sobre as mulheres.

Neste quadro, integrada nas comemorações do Dia Internacional da Mulher em 2019, as Mulheres Portuguesas mobilizam-se para reafirmar estes direitos e estes valores numa grande manifestação nacional de Mulheres, no próximo dia 9 de Março, em Lisboa, e para combater a tentativa de adulterar o sentido, significado e importância deste dia internacional, que assinala a luta das mulheres de todo o mundo que justamente reclamam a concretização do seu inalienável direito à igualdade na vida.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Saudar a celebração do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março, marco de extraordinário significado e importância para a luta das Mulheres de todo o mundo, das Mulheres Portuguesas e das Mulheres Almadenses pelos seus direitos inalienáveis a uma vida mais digna.
2. Reafirmar o empenho institucional e solidário na luta das Mulheres pela conquista da igualdade de tratamento laboral, em particular no que respeita à garantia de igualdade salarial, à não discriminação em função da sua condição de trabalhadora, mãe e cidadã, e à integral proteção dos seus direitos laborais.
3. Refirmar igual empenho e solidariedade institucional na luta contra a violência doméstica exercida particularmente contra as Mulheres, e na luta contra o tráfico de seres humano que afeta em particular as Mulheres.
4. Exigir às autoridades competentes e responsáveis a adoção e aplicação de medidas concretas que conduzam ao fim deste verdadeiro flagelo contra as Mulheres.
5. Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres que decorrerá no dia 9 de Março de 2019, na Cidade de Lisboa, destinada a reclamar o respeito integral pelos direitos das Mulheres, e saudar igualmente o vasto conjunto de manifestações de sentido idêntico já realizadas e a realizar até 8 de Março em todo o País.”

**6.3.6** – A Senhora Deputada Municipal Eva Gomes (CDU), para apresentar a moção/deliberação “Saudação ao Dia Internacional do Estudante 24 de março”;

A Senhora Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

**Moção/Deliberação Saudação ao Dia Nacional do Estudante 24 de Março**

Celebramos em 2019 o 45º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, a “Revolução dos Cravos” que pôs fim à ditadura fascista imposta ao nosso País durante longos 48 anos, que condenou milhões de portugueses e portuguesas à pobreza, à fome e à mordaça, e que nos seus últimos 13 anos de vida enviou milhares de jovens para a guerra e para a morte.

Os estudantes nunca baixaram os braços na luta de resistência em todo esse período de 48 anos de ditadura, tendo assumido uma ação de grande significado e importância para a derrota do fascismo em Abril de 1974.

O Dia Nacional do Estudante, celebrado em cada ano a 24 de Março, consagra o reconhecimento e a homenagem à luta corajosa e determinada de milhares de estudantes portugueses, que assumiu uma dimensão



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e um peso particulares durante a década de 1960, precisamente na luta pela Liberdade e Democracia, e contra a ditadura fascista que lhes impunha o silenciamento, a prisão, a tortura, a guerra e a morte.

Há 45 anos o Povo Português alcançou mais do que a derrota do fascismo: com a Liberdade reconquistada, abriram-se as portas para a construção de uma vida melhor, mais justa e livre de todo o Povo Português, e também dos estudantes portugueses.

Foi conquistado o direito de associação e reunião, e foi consagrado como um dos mais importantes objetivos nacionais, o direito a uma Escola Pública de qualidade aberta e acessível a todos.

Passados 45 anos sobre estes avanços civilizacionais fundamentais, os estudantes não esquecem que as conquistas de Abril se reafirmam hoje na sua plena atualidade, apesar dos ataques e alguns recuos que foram sofrendo ao longo do processo democrático nas últimas quatro décadas e meia.

Infelizmente, o quadro vivido nas escolas públicas em Almada não condiz plenamente com aqueles objetivos. Iniciado há pouco o 2º período do ano letivo de 2018/2019, persistem nas escolas públicas do concelho de Almada problemas de diferentes naturezas, que foram sendo criados e adensados como resultado das políticas de desinvestimento e desresponsabilização assumidas e praticadas pelos sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP.

As consequências de uma política continuada de desinvestimento e desresponsabilização do Estado na Educação são cada vez mais evidentes, e traduzem-se em problemas, humanos e materiais, que infelizmente são cada vez mais a regra e não a exceção nas escolas de todo o país.

Neste quadro, e no que respeita aos problemas gerais identificados nas Escolas Secundárias em Almada destacam-se:

- Instalações escolares degradadas e ausência de obras para a sua requalificação;
- Deficientes condições ao nível dos necessários recursos humanos, com falta de contratação de professores, trabalhadores administrativos e auxiliares e outros técnicos;
- Necessidade de valorização das vias profissionalizantes:
  - Com redução da carga horária;
  - Com a extinção do sistema por módulos e do sistema injusto de faltas;
  - Com o fim dos exames nacionais e da avaliação contínua;
- Necessidade de assegurar a gratuitidade do passe escolar para todos os estudantes;
- Necessidade de assegurar a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior;



- Necessidade de assegurar o fim de estágios que não se insiram na área específica de formação dos estudantes, ou que representem efetivamente a prestação de trabalho a custo reduzido ou nulo.

Saudando a luta de todos os estudantes almadenses em defesa de uma escola de qualidade para todos, sublinhamos em especial a luta dos estudantes e da Associação de Estudantes da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, desenvolvida em ações concretas nos dias 24 de Outubro de 2018 e 23 de Janeiro de 2019, reivindicando a solução de problemas que prejudicam gravemente a qualidade do seu processo de aprendizagem, especialmente no que respeita à qualidade das salas de aula, do pavilhão desportivo, das refeições escolares, dos materiais de laboratório e da falta de recursos humanos em quantidade adequada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2019, delibera:

1. Saudar vivamente a luta dos estudantes almadenses e portugueses por uma escola de qualidade e acessível a todos em condições de equidade e igualdade de oportunidades.
2. Saudar de forma igualmente viva a celebração do Dia Nacional do Estudante, 24 de Março, momento de afirmação e reafirmação da importância e significado da luta dos estudantes na construção de um País e uma Vida melhores para todos, em defesa da Liberdade, da Democracia, contra a guerra e contra a miséria.
3. Saudar ainda a luta dos estudantes do Concelho de Almada, em particular as ações desenvolvidas pelos alunos e Associação de Estudantes da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, e expressar toda a solidariedade institucional à organização e realização de ações de reivindicação de mais e melhores condições que permitam alcançar a Escola Pública, universal e tendencialmente gratuita como a Constituição da República Portuguesa consagra.”

**6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS), para apresentar o documento “Espaço Cidadão”;**

O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

**Moção Deliberação Espaço Cidadão**

O Espaço Cidadão é uma das mais importante e eficazes concretizações da política de modernização, proximidade e simplificação administrativas prosseguida pelo atual governo e, nesta medida, foi concebido com o propósito de facilitar o relacionamento digital dos nossos concidadãos com a Administração Pública.

O princípio é muito simples: concentrar num balcão único de atendimento os meios necessários para que qualquer cidadão possa, através da utilização assistida da internet, com toda a eficácia e rapidez, resolver os mais variados assuntos relacionados com a Administração Pública.



Desta forma, é possível dar resposta a uma franja ainda alargada da nossa população, os chamados infoexcluídos, que passam a ter assistência personalizada na sua interação digital com inúmeros serviços da administração pública central e local.

*Vá direto* foi a feliz designação encontrada em Almada para identificar os primeiros cinco espaços que abriram na Sobreda, Feijó, Caparica, Almada e Costa de Caparica e, de facto, esta designação concentra em si aquilo que deve ser a primeira preocupação de qualquer autarquia local: prestar aos seus munícipes mais e melhores serviços de proximidade.

Neste novo balcão pode, por exemplo, tratar-se de assuntos dos Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, SMAS, da Carta de Condução, solicitar nova senha ou uma caderneta predial junto da Autoridade Tributária, apresentar despesas junto da ADSE, tratar de questões relacionadas com emprego e formação profissional, alterar a morada do Cartão de Cidadão, solicitar o Cartão Europeu de Seguro de Doença ou realizar os serviços e-fatura, entre muitos outros.

O sucesso da iniciativa é uma evidência, bastando para tanto ver a adesão dos munícipes consubstanciado no enorme fluxo de pessoas que desde o dia 21 de janeiro têm recorrido a estes espaços e temos razões para crer que, aqui se encontra, seguramente, o pronúncio do que poderá vir a ser a implementação de uma estrutura de maior dimensão e com mais valências no nosso concelho, a tão desejada loja do cidadão.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão plenária a 21 de fevereiro de 2018 delibera congratular:

1. a Câmara Municipal de Almada e as Juntas de freguesia pela concretização desta iniciativa que visa prestar aos munícipes mais e melhores serviços de proximidade;
2. os trabalhadores que têm assegurado o funcionamento destes espaços, pelo seu profissionalismo, dedicação e competência."

**6.3.8** – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE), para apresentar a proposta "Gratuidade dos transportes no dia das eleições";

A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

*Proposta de gratuidade dos transportes no dia das eleições*

Considerando que:

1 – Em 2019 realizam-se três atos eleitorais:

a) 26 de maio – Eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu;



b) 6 de outubro - Eleição da Assembleia da República.

2 – O número de votantes, nas eleições Autárquicas de 2017 foi inferior àquele que foi registado em 2009, existindo um número de cidadãos e cidadãs eleitores superiores em 2017.

3 – Se pretende assegurar a participação do maior número de cidadãs e cidadãos eleitores em todos os processos eleitorais, por forma a que a decisão dos mesmos seja o mais fidedigna possível à vontade da população total/geral do país;

4 - A distância entre a residência e a mesa de voto e a falta, ou menor rede de transportes públicos ao Domingo, promove a abstenção dos eleitores;

5- Também o custo dos transportes deverá ser tido em causa no fator de abstenção dos eleitores, uma vez que, existem muitas cidadãs e cidadãos a auferir reformas ou pensões de valor extremamente baixo;

6 – Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente quanto ao direito destas a exercer o seu direito de livre escrutínio;

7 - Deve ser assegurado a todos e todas o direito a poder eleger os seus representantes;

8 – Dispõe o município de atribuições na área dos transportes, nos termos do artigo 23.º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 21 de fevereiro de 2019, delibera:

- Garantir económica e funcionalmente o transporte gratuito de todos e todas, no dia de cada um dos atos eleitorais, junto do sector público e/ou privado do seu município, por forma a garantir o livre escrutínio de toda a população, sem que o fator económico possa interferir no seu livre arbítrio."

**6.3.9 –** A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE), para apresentar o documento "Recomendação sobre mobilidade";

A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Recomendação sobre mobilidade

Os dados recentemente publicados pelo INE no Inquérito à Mobilidade (IMOB) na Área Metropolitana de Lisboa confirmam que o transporte individual é o principal modo de deslocação dos residentes, 58,9%. O transporte público e/ou coletivo em Almada continua a ser uma opção muito menos utilizada representando 18,7% sendo que o tempo despendido em média por dia em deslocações é superior a 50 minutos"



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estes e outros dados do INE mostram a necessidade e urgência na tomada de medidas pelo município com vista a aumentar significativamente a utilização do transporte coletivo e a diminuir o uso excessivo do automóvel, não apenas para restituir o espaço público às pessoas e melhorar a qualidade do ar, mas também como contributo indispensável para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e para a adaptação/mitigação das alterações climáticas.

Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária, através do Despacho nº 1234-A/2019, de 4 de fevereiro (PART), com uma dotação global de 104 milhões de euros, a atribuir às Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais, tendo sido atribuído a AML, da qual Almada faz parte, o valor de 74.838.139 €.

A concretização do passe único metropolitano em 2019 com o preço máximo de 40 euros (e do passe familiar com um valor máximo de 80 euros) será certamente a medida com maior impacto na enorme mudança a concretizar quanto à utilização do transporte coletivo de passageiros.

Mas a resposta ao problema da mobilidade não pode ficar apenas pelo passe único, sendo também fundamental ter um conhecimento mais profundo da mobilidade no concelho, para o município poder encontrar as diferentes respostas à situação, tendo em conta, entre outros elementos, os destinos das mais de 900.000 deslocações/dia e os modos de transporte mais adequados.

A revisão das concessões de transportes terrestres de passageiros terá de ocorrer até 3 de dezembro de 2019, com estipulado na Lei nº 52/2015 de 9 de junho;

No seu território, a autarquia é a autoridade de transportes competente para organizar o Serviço Público de transportes terrestres prestado às populações, definindo percursos, horários e o modelo de gestão da rede que opera no município;

O ano de 2019 é a oportunidade que as autarquias têm para promover um serviço de transportes que responda às reais necessidades das pessoas, que seja ambientalmente responsável e que combata as desigualdades sociais, através da garantia de mobilidade a todas e todos os cidadãos;

As linhas de carreira atualmente em funcionamento são originárias da concessão de 1949 e têm vindo a ser alteradas de forma casuística e, em muitos casos, em função da rentabilidade operacional dos prestadores do serviço público e não das necessidades de mobilidade das populações; Nas áreas metropolitanas as ligações entre o centro e as periferias são as linhas que dominam o mapa da rede de transportes terrestres de passageiros. A criação e reforço de percursos trará vantagens sociais, ambientais e económicas, facilitando o quotidiano de milhares de pessoas e aumentando significativamente a sua qualidade de vida.

O mapeamento da rede de transportes públicos terrestres de passageiros, em articulação com toda a Área Metropolitana de Lisboa tem potenciais vantagens para resolver outro problema grave do município: a pressão



diária de milhares de automóveis a entrar na cidade, com as consequências gravosas para o ambiente, mobilidade e vida quotidiana da cidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 21 de fevereiro de 2019, recomenda à Câmara Municipal de Almada que:

1. Desenvolva os procedimentos necessários para a programação de políticas de mobilidade assentes no passe único e na utilização do transporte coletivo de passageiros nos seus diversos modos, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações.
2. Apresente à Assembleia Municipal de Almada até abril de 2019 a rede de transportes concelhia que será contratualizada com o operador interno, por forma a que as/os representantes das cidadãs e cidadãos do município possam deliberar acerca da rede proposta.”

**6.3.10** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “Por um melhor serviço de transporte público rodoviário”;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação “Por um melhor serviço de transporte público rodoviário”

Tem sido recorrente ao longo dos últimos anos, tal como ao longo dos últimos mandatos autárquicos em Almada e um pouco por todo o distrito, as manifestações e posições de protesto e descontentamento por parte das populações dos vários concelhos que são servidos pelo serviço de transporte público rodoviário da TST – Transportes Sul do Tejo .

A mobilidade e as acessibilidades no concelho de Almada em termos de transporte público rodoviário, está, maioritariamente, nas mãos da empresa TST, empresa essa, onde os seus autocarros percorrem diariamente um vasto e considerável número de quilómetros para transportar os passageiros no concelho. Só não transporta nem percorre mais quilómetros, exatamente, devido há falta de cobertura da rede rodoviária de transporte público em determinadas localidades e zonas do concelho de Almada, onde muitos munícipes ficam privados do direito a uma mobilidade e acessibilidade em condições e em segurança.

A falta de cobertura de uma maior rede, carreiras com horários desadequados às verdadeiras necessidades dos utentes, tal como a falta de condições ao nível de comodidade, de limpeza e aprumo, como também, o estado duvidoso em que circulam muitos dos autocarros alegadamente com uma manutenção a desejar, aliado ao facto de uma grande parte dos autocarros funcionarem com o ar condicionado desligado ou ainda supressão de algumas carreiras, agudizam cada vez mais os problemas na prestação desse serviço público de transporte, aumentando as queixas, o descontentamento e os anseios das populações que usam os autocarros da TST.



Este cenário é um cenário que se vem arrastando durante os últimos anos sem que as posições e os protestos apresentados quer pelos órgãos municipais quer pelos utentes tenham sortido pouco ou nenhum efeito, mantendo a empresa TST, praticamente inalteradas, com uma exceção ou outra, as preocupações dos mesmos sem que os problemas de fundo tenham tido resolução na prática para reverter a situação e passar a prestar um melhor serviço de transporte público.

A título de exemplo, entre outros, a Carreira 101 que liga Cacilhas ao Cristo Rei, onde uma grande maioria dos seus passageiros são pessoas com uma idade bem avançada e com problemas e dificuldades de mobilidade e de locomoção, é completamente desadequada aos mesmos, quer no seu acesso quer no seu interior. As queixas aumentam, mas a TST, perante tais os factos, permanece com uma posição inalterada.

Acresce ao problema, que os passes mensais e os bilhetes avulsos pagos à TST, são dos mais elevados em contraste com outros operadores, razão pela qual, os utentes da mesma empresa, têm o direito de ser ressarcidos com um serviço de melhor qualidade onde a limpeza seja uma constante, onde o ar condicionado esteja ligado nomeadamente no verão e não chova no interior do autocarro de inverno, onde não haja supressão de carreiras e cumprimento de horários, sem excesso de lotação, tal como o mesmo serviço possa chegar mais longe abrangendo mais zonas do concelho, dando assim, oportunidade às populações de não ficarem condicionadas na suas deslocações e acessos para fora dessas localidades.

Perante estes factos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2019, na localidade da Trafaria, vem por este meio, reconhecer a insuficiência do serviço público rodoviário prestado às populações do concelho por parte da TST, ao mesmo tempo que apela à empresa que tenha em consideração às verdadeiras necessidades dos seus utentes e trabalhadores, colmatando as falhas acima descritas contribuindo para uma melhor mobilidade e acessibilidade para todos em Almada.”

**6.3.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “Saudação ao Hospital Particular de Almada abertura da nova Unidade de Gastroenterologia”;**

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Saudação ao Hospital Particular de Almada “Abertura da nova Unidade de Gastroenterologia”

As populações de Almada contam desde dezembro passado com mais uma unidade de Gastroenterologia, desta feita, ao dispor no Hospital Particular de Almada (HPA), estabelecimento esse, que serve um número considerável de utentes do concelho como fora do mesmo.

A abertura desta unidade pelo Grupo Affidea um dos maiores investidores em cuidados de Saúde na Europa, veio reforçar a oferta do concelho aos utentes e pacientes ficando estes com uma maior capacidade no que diz



respeito aos cuidados e serviços de saúde que são prestados em Almada, fruto de investimento privado na tentativa de melhorar a qualidade dessa oferta junto das populações com um Serviço Nacional de Saúde (SNS) cada vez mais a necessitar de soluções e de forte investimento sob pena de colapsar.

O Serviço Nacional de Saúde e o serviço de saúde que é prestado por particulares, deve funcionar num mercado livre não só de forma paralela, mas também complementar, dando oportunidade a quem tenha possibilidade de escolha o possa fazer de livre vontade, mas também nos muitos acordos que os prestadores de serviço de saúde privados têm com as instituições e demais entidades e organizações públicas, que, muitas das vezes, resultado dessas parcerias, prestam esses cuidados e serviços de saúde em complementaridade com o SNS quando este não consegue ou não tem capacidade para dar resposta.

O Hospital Particular de Almada situado na localidade da Cova da Piedade, já disponibilizava um vasto conjunto de valências que vão desde a medicina dentária, reabilitação, exames complementares entre outros, e agora também a Unidade de Gastroenterologia reforçando as suas valências.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na localidade da Trafaria, nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2019, saúda a abertura da Unidade de Gastroenterologia no Hospital Particular de Almada que vem reforçar a oferta dos cuidados de saúde em Almada ao mesmo tempo que defende um maior investimento no concelho por parte da tutela nomeadamente a requalificação de alguns Centros de Saúde ou a sua construção de raiz como por exemplo o Centro de Saúde do Feijó.”

**6.3.12** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “Atribuição de Toponímia Zé Pedro – guitarrista dos Xutos e Pontapés”.

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação Atribuição de Toponímia “Zé Pedro – guitarrista dos Xutos e Pontapés”

Músico de profissão e de paixão, o guitarrista dos Xutos e Pontapés, José Pedro Reis, ficou conhecido no meio artístico nacional e internacional, simplesmente, para os amigos, como Zé Pedro; e os amigos eram todos aqueles não só os que privaram de mais perto com o mesmo mas também, os milhares de fãs que os Xutos e Zé Pedro acumularam em milhares e milhares de horas e de quilómetros de estrada ano longo de mais de 40 anos da sua existência.

Uma carreira de sucesso no plano musical com uma banda que encheu no passado, enche no presente e certamente, continuará a encher no futuro, pavilhões e salas de concerto por onde a mesma atua, sempre com vigor e com entusiasmo demonstrando e confirmando que em Portugal se produz boa música e se fazem bons músicos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os Xutos e Pontapés nutrem tal como nutria Zé Pedro, um carinho muito especial por esta terra que os acolheu não só como espaço físico para a produção e para o ensaio de muitos dos seus discos que se transformaram em grandes êxitos, mas também, uma terra que se rendeu ao seu profissionalismo e à sua postura descontruída tornando-se os seus melhores seguidores e apreciadores do seu trabalho discográfico.

Foi também ao som e dos acordes da sua guitarra tal como a sua inquestionável energia em cima do palco e a forma entusiasta como se relacionava com os seus fãs que Zé Pedro ajudou a banda a conquistar os maiores êxitos na música portuguesa.

Quem não se lembra da primordial e longínqua atuação da banda na incrível Almadense ou mais recentemente as atuações nas efemérides do 25 de Abril ou Fim de Ano, demonstrando sempre esse especial afeto e a cumplicidade que Zé Pedro e os Xutos e Pontapés tinham e têm para com os almadenses.

À *sombra do Cristo Rei*, como uma homenagem sentida da banda aos músicos de Almada, o *Não sou o único*, no campo de futebol em homenagem aos Xutos e Pontapés, demonstram bem a importância que a banda, a música e os artistas sempre tiveram para Almada, patente também na mais recente exposição inaugurada no Museu da Cidade, sobre a história do Rock onde Zé Pedro, Calú, Tim, João Cabeleira e Gui têm um lugar especial e merecido na própria história de Almada. A esse mesmo propósito, dizia Tim: “*Não há nada como a malta de Almada!*”

Zé Pedro, foi um lutador que lutou até ao fim, sempre acompanhado da sua guitarra e sempre ao lado dos seus admiradores, tendo efetuado a sua última apresentação aos fãs no que respeita ao concelho, no Festival “O Sol da Caparica”.

É desta forma que almadenses homenageiam o músico e amigo de Almada, Zé Pedro, tal como a banda Xutos e Pontapés, reconhecendo a importância que os mesmos têm para a música nacional, tão importante e tão marcante, que o seu nome (Zé Pedro) foi atribuído ao Airbus 321neo da TAP, prestando a devida e sentida homenagem.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na localidade da Trafaria, nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2019, delibera, reconhecer e homenagear a banda Xutos e Pontapés e o músico Zé Pedro, como parte integrante da história do concelho, atribuindo a este último, uma placa de toponímia em local a considerar.”

**6.4** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Vanda Silva (PS), Carlos Guedes (Ind), Luís Palma (CDU), Pedro Matias (PS), José Rocha (BE), Marina Lopes (PSD), António Salgueiro (PSD), Artur Alfama (PAN), João Geraudes (CDU), Inês Bom (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), Margarida Lourenço (PS), Sílvia Sousa (PSD), e ainda o Senhor Vereador Nuno Matias.

**6.4.1** – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Relativamente à moção apresentada pela CDU, relacionada com a Saudação ao Dia do Estudante, o Partido Socialista, gostaria de pedir que a votação fosse feita em separado, as deliberações dos considerandos, na medida em que o conteúdo dos considerandos não se coaduna com as posições que o Partido Socialista tem. E relativamente a esta questão, importa aqui referir que o Governo e a Autarquia, têm tomado medidas no sentido de colmatar as lacunas identificadas nas escolas e que relativamente às condições das mesmas, se investiu cerca de 350.000.000.00€ (trezentos e cinquenta milhões de euros), na requalificação dos edifícios escolares em mais de quinhentas escolas do país. Destas escolas, cerca de duzentas são do 2º, 3º Ciclo e Secundário, e as restantes do Pré-escolar e 1º Ciclo. Muitas destas intervenções decorrem de contratos-programa entre o Ministério da Educação e as Autarquias. A estas intervenções acrescem desde 2016, mais de duzentas obras de beneficiação, suportadas por verbas do Orçamento de Estado, num total de 28.700.00.00€ (vinte e oito milhões e setecentos mil euros). Foram retomadas obras anteriormente interrompidas e lançados novos projetos no valor global de 258.700.000.00€ (duzentos e cinquenta e oito milhões e setecentos mil euros), nas quais se incluem algumas das escolas do Distrito de Setúbal, nomeadamente a Escola Secundária do Monte de Caparica em Almada.

Quanto à questão dos recursos humanos, todos sabemos que o pessoal das escolas está envelhecido, pessoal docente, pessoal não docente, refletindo-se em baixas médicas, e nas ausências muitas vezes imprevistas, que resulta em constrangimentos do ponto de vista do funcionamento das escolas. No entanto, importa referir que o Governo tem feito um grande esforço, no sentido de combater os problemas existentes, através da contratação de mais de quinhentos assistentes operacionais, que se juntam a outros mil e quinhentos que haviam sido contratados no ano letivo anterior, ao nível do ensino básico e secundário. Desde que se tomou posse este Governo, tem feito um enorme esforço no sentido de combater as dificuldades sentidas nas escolas, pelo que contratou mais de 2.550 (dois mil quinhentos e cinquenta) funcionários.

Quanto à colocação dos professores, dizer que a mesma aconteceu dentro do calendário previsto, duas semanas antes do início das aulas, verificando-se apenas algumas ausências que decorrem da falta de docentes em alguns grupos disciplinares específicos. Quanto à valorização do ensino profissional, o Governo continua a investir na adequação da oferta de cursos profissionais, e às necessidades desenvolvidas em cada região. Tendo sido desenvolvido o Portal “Oferta Formativa”, para estudantes do 9º ano e incrementada a informação disponibilizada a estes alunos, através da campanha nacional Hashtag” Escolhe o Teu Futuro”. Com início no ano letivo 2018-2019, consolidaram-se as medidas de valorização desta via de ensino, em linha com os objetivos do plano nacional de reformas designadamente: a valorização das vias de ensino, pondo termo os requisitos discriminatórios no acesso ao ensino superior para alunos oriundos do ensino profissional ou do artístico; criação do “Passaporte Qualifica”, como instrumento de orientação para prossecução de percursos formativos; Atualização permanente do Catálogo Nacional de Qualificação; a integração das disciplinas do português, língua não materna e da língua gestual portuguesa, nas ofertas do ensino profissional; possibilidade de criação de



percursos mais flexíveis e personalizados, permitindo a frequência de diferentes unidades de formação, de curta duração nos diferentes cursos.

Posto isto, podemos dizer, que não só o Estado Central, como também as Autarquias, têm feito um enorme esforço no sentido da promoção das condições das escolas, no sentido do sucesso educativo dos alunos, em defesa da escola pública. Pelo que consideramos que não podemos, de modo algum, votar a favor desta moção na sua totalidade, se o documento não for votado nas suas deliberações finais em separado, tendo em conta o conteúdo de todas as coisas que são ditas anteriormente.

Relativamente à moção apresentada para o Dia Internacional da Mulher, naturalmente que o Partido Socialista irá votar a favor. Queria apenas acrescentar à proposta que foi apresentada, uma vez que no ponto 4º refere “exigir às entidades competentes e responsáveis a adoção e aplicação de medidas concretas que conduzam ao fim deste verdadeiro flagelo contra as mulheres”, de referir que foram publicadas e entram em vigor, uma delas entra hoje em vigor, duas Leis que vêm reforçar este apoio às mulheres, nomeadamente, no que diz respeito também às questões de igualdade de género e ao acesso ao mercado de trabalho também em igualdade de circunstâncias com os demais. Aprova nomeadamente, as medidas de promoção de igualdade, remuneratórias entre mulheres e homens, por trabalho igual ou igual valor, por serem a primeira alteração da Lei 10/2001, portanto esta Lei é a 60/2018 de 21 de agosto, que entra em vigor. E a lei 62/2017. Portanto, estão efetivamente a ser implementadas Leis que vêm favorecer estas medidas.

Relativamente ao voto de pesar, o partido Socialista tinha também um voto de pesar sobre a questão da violência doméstica. E, portanto, nós obviamente que votaremos a favor, porque em primeiro lugar é um assunto que é de todos nós e que temos de facto de combater de forma muito veemente, e em segundo lugar, porque o Partido Socialista tem tido um papel determinante, faz parte do ADN, faz parte da matriz do Partido Socialista, a promoção da igualdade e o combate a todas formas de violência e também nessa medida ao longo destes anos todos, têm sido propostas diversas Leis, diversos Decretos-lei que vêm reforçar este combate. Dizer que em Almada também há um trabalho estreito que está a ser desenvolvido nomeadamente em articulação com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, que será continuado e reforçado, e eventualmente criado um gabinete de apoio à vítima, que poderá ter o seu papel principal nestes meios sócios económicos mais desfavorecidos, nomeadamente na zona da Caparica Trafaria, na qual nos encontramos hoje.”

#### **6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aproveitando o que a Senhora Deputada Municipal Vanda Silva disse, recebo com agrado a notícia da articulação com a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, e da possível criação do gabinete de apoio à vítima. E porquê? Porque eu esta semana fui reunir com a UMAR, e fi-lo porque já tinha alguma preocupação com estas



questões, uma das mulheres assassinadas este ano, uma das primeiras infelizmente, foi em Almada, todas elas são mortes a lamentar e nós já o fizemos aqui hoje, mas uma das primeiras foi precisamente aqui em Almada, e como tal, eu precisei de conhecer que tipo de respostas é que nós temos. E temos hoje dois documentos à votação, um já foi votado, o do Bloco de Esquerda que é o voto de pesar, e o da CDU. No do Bloco de Esquerda, no ponto 2, lê-se: “Reforçar o comprometimento da autarquia no combate à violência doméstica e de género”. E no da CDU, no ponto 4, que também já foi aqui referido pela Senhora Deputada Municipal Vanda Silva, lê-se: “exigir às autoridades competentes e responsáveis a adoção e aplicação de medidas concretas que conduzam ao fim deste verdadeiro flagelo contra as mulheres”. Ora, nós aprovamos aqui, no mandato anterior, em 2014, o Plano Municipal para a Igualdade de género. Aquilo que eu gostava de perceber, porque o Feedback que tenho é que o Plano existe, mas não tem concretização prática ou pelo menos não está ainda a ser implementado em toda a sua totalidade, os instrumentos existem, nós lamentamos as mortes, conhecemos a situação, sabemos que os números são assustadores, porque Almada surge normalmente entre os primeiros lugares no que diz respeito aos números de violência doméstica, anda sempre entre os primeiros lugares no número de casos que são reportados às autoridades policiais, e, portanto, era importante percebermos. O Fórum Municipal para a Igualdade, que supostamente deveria ter sido criado no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género, se tem funcionado, se não tem funcionado, quantas vezes funcionou desde 2014 até hoje, e se não tem funcionado, porquê, e de facto o que é que falta para pormos o Plano Municipal para a Igualdade de Género a funcionar em pleno, e se houver necessidade de revisão, depois também cá estaremos para isso.

Eu vou deixar para o fim a moção do PS. Apenas para dizer que o documento nº 8, a proposta da gratuidade dos transportes no dia das eleições, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, me levanta muitas dúvidas quanto a sua legalidade, eu não tenho neste momento meios informáticos ao dispor, mas duvido que a Lei Eleitoral permita que esta situação aconteça. Tenho dúvidas e, portanto, gostava de ser esclarecido

Em relação à moção do PS sobre mais descentralização, melhor habitação. O Grupo Municipal do PS diz a dada altura: “Não podemos deixar igualmente de repudiar a instrumentalização e o aproveitamento político dos recentes episódios ocorridos no Bairro da Jamaica”. Depois diz, na parte deliberativa, no ponto 2: “Repudiar a instrumentalização política dos episódios ocorridos no Bairro da Jamaica”. Ora, nós não devemos fazer aquilo que repudiamos, e isto é o que eu tenho para dizer ao Grupo Municipal do PS. Porque quer-me parecer que alguém está aqui a instrumentalizar alguma coisa. Eu gostava de perceber que instrumentalização é esta a que se referem. Se falar sobre os episódios ocorridos no Bairro da Jamaica, tem que ser falado naturalmente no contexto social e político, e se falar sobre isso é instrumentalizar o que quer que seja, não me parece e gostava que fossem claros quanto a isso. E ao serem claros, que não entrassem em contradição, porque toda esta moção, é uma provocação descarada à CDU, e desculpem, isto é evidente, quem a leu, quem a ouviu, percebe que é uma provocação descarada à CDU, e nós conhecemos, sabemos as responsabilidades que a CDU tem nesta



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

matéria, mas também sabemos que temos muito trabalho para fazer. Há um ano, quando ainda era membro do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, nós fizemos aqui uma intervenção neste período, uma intervenção política, apelando à reflexão conjunta sobre os problemas da habitação, não me parece que isto até ao momento, passou um ano, que essa reflexão exista em conjunto pelo menos, ou que esteja a existir conforme devíamos fazer, e parece-me algo precipitado o PS apontar tantos dedos quando ainda há tanto por fazer. Gostaria de sugerir que a parte deliberativa da moção do Grupo Municipal do PS, sobre a habitação, fosse votada ponto por ponto.”

#### **6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas pronunciar-me sobre a tomada de posição da CDU, relativamente à moção que o PSD apresentou sobre o “Alargamento do Projeto Almada Solidária”. Dizer que corroboramos das propostas que são aqui apresentadas, defendemos obviamente a integração por via do alargamento do transporte a quem tem mobilidade reduzida. Apenas fazer aqui um esclarecimento daquilo que está escrito no 2º parágrafo, porque é aquilo que já sucede há alguns anos. Ou seja, no transporte que é prestado às crianças que estão em idade escolar já admite no devido enquadramento e articulação, quer com os serviços das escolas, quer também com as unidades de saúde que prestam serviços terapêuticos a estas mesmas crianças, que este transporte cumpra este percurso, escola/casa, ou escola/unidades de saúde, onde esses mesmos serviços são prestados. Portanto, é apenas uma pequena correção, mas no global, e naquilo que é essencial iremos votar favoravelmente.”

#### **6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para referir que, o Partido Socialista acompanha esta moção da CDU, relativamente ao Teatro Extremo, esta atribuição do Prémio Renascença no Brasil e a atribuição ao Festival Sementes do Selo EFFE pela Associação Europeia de Festivais, vamos acompanhar esta moção, pensamos que é importante. Queria só deixar aqui duas ou três notas de valorização daquilo que é o trabalho do Teatro Extremo em Almada. Quero dar aqui um abraço ao Fernando Jorge, porque é um Diretor Artístico de grande qualidade, de grande craveira ao Rui Cerveira, à Bibi Gomes, à Luzia, são pessoas que fazem um trabalho fantástico em Almada, este ano fazem vinte cinco anos. Fazem com a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica um festival que se chama “Sorrisos de Natal”, que é extraordinário, com as crianças nas escolas. Fazem um trabalho também de formação de teatro para jovens, para Seniores. Portanto, dizer-lhes que nós acompanhamos esta moção saudação, mas também dar aqui nota do nosso apreço pelo seu trabalho.”

#### **6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Apenas uma breve nota em relação aos documentos que foram apresentados. Desde logo mostrar a nossa concordância com a solicitação que foi feita para que esta moção “Mais descentralização, melhor habitação”, apresentada pelo PS, que a parte deliberativa fosse votada ponto por ponto. E uma breve nota sobre esta moção relativa ao Hospital Particular de Almada. É sobejamente conhecido o posicionamento do Bloco de Esquerda em relação ao tema do Serviço Nacional de Saúde, sempre defendemos um maior investimento, de forma a melhorar o atendimento aos utentes enquanto serviço público. Evidentemente, não obstante, naturalmente a nossa concordância de novas ofertas na área da saúde no nosso Concelho, não nos revemos nesta visão de saúde enquanto negócio, iremos por isso abstermo-nos nesta moção.”

**6.4.6 – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Executivo gostaria apenas de se associar também à saudação que aqui foi apresentada pelo PAN, em relação aos cuidadores. Aliás, ainda há poucos dias tivemos ocasião de reunir, tivemos uma interessante reunião com o PAN, onde foi também explicada a estratégia que o Executivo está a procurar desenvolver, para envolver os cuidadores, tentar criar normas porque cuidar também é cuidar com regras, porque é fundamental que se perceba, até porque estamos a intervir em espaço público, aquilo que pode e não pode ser feito, de que forma é que deve ser feito e de que forma é que assim se promove uma cidadania que será tão mais eficaz e respeitada, se envolver todos, com a consciência que em primeiro lugar como tivemos ocasião de falar, a Câmara por si só não consegue ser solução, nem esta nem outra, nem em qualquer circunstância, estamos a falar de um ato cívico e de um esforço de cidadania conjunto, em que terá certamente a presença das Câmaras, das diferentes associações do Município, certamente dos cidadãos que envolvidos por um ato voluntário, são também uma peça importante na resposta que tem que ser encontrada no espaço público. Mas esta saudação é também um sentido de responsabilização, e como também tivemos ocasião de falar, estamos neste momento a trabalhar, num conjunto de normas para tentar regularizar e institucionalizar pela positiva os cuidadores do Concelho, exatamente para que se definam normas e regras, que nos permitam agir no espaço público e de forma o mais consensual possível, com todos aqueles que hoje nem sempre percebem o alcance desta atitude importante e voluntária, que nos ajuda também, a promover o bem estar animal, mas também esperemos nós no futuro ainda de forma mais vincada, a fazê-lo de forma mais equilibrada e de forma a evitar também potenciais conflitos que infelizmente por vezes acontecem, porque lá está, às vezes quem cuida de forma voluntária, também não percebe o alcance e as regras que devem estar subjacentes a essa atividade nobre, e como disse, que nós saudamos e queremos apoiar, e criar condições para que em conjunto com a Câmara Municipal e com as associações, possamos promover cada vez mais o bem estar animal.”

**6.4.7 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):**



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para responder ao Senhor Deputado Municipal Luís Palma, que o PSD sabe que o serviço de mobilidade na área da saúde está protocolado, mas na prática, até à data, não está a ser prestado efetivamente. Só para deixar esta nota.”

**6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao voto de saudação do PAN, sobre os “Cuidadores de animais de rua no Concelho de Almada”, queremos propor uma alteração à parte deliberativa, introduzindo uma frase na primeira linha, a seguir a: “saudar os cuidadores de animais de rua”, introduzia-se a seguinte frase: “que prestam diligentemente, de forma organizada e em condições higienizáveis.” Portanto, era esta a frase que nós propúnhamos ao PAN, de alteração à parte deliberativa.

Relativamente às moções do Partido Socialista sobre “O Espaço Cidadão”, e sobre “Habitação”, votaremos a favor, dando nota de que esta questão, também é há muito uma preocupação do PSD, e consideramos urgente o encontrar de medidas que acabem de uma vez por todas com as barracas do Concelho de Almada, e que se possam arranjar soluções para a dignificação das famílias, que vivem em condições impróprias.

Votaremos igualmente a favor das moções da CDU sobre o “Teatro Extremo” e sobre o “Dia Internacional da Mulher”.

Não acompanhamos grande parte dos considerandos da saudação da CDU, sobre o “Dia Nacional do Estudante”, e solicitamos também à Mesa a votação da parte deliberativa ponto por ponto.

Relativamente à moção do Bloco de Esquerda sobre a “Gratuidade dos transportes no dia das eleições”, e à recomendação sobre “Mobilidade”, votaremos contra. Consideramos que, após a Câmara Municipal ter aderido recentemente, em conjunto com os outros dezassete Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, à criação de uma única empresa de transportes públicos rodoviários, e com a decisão sobre o passe único na região, que não é altura para centrar experiências, que não se conhece o alcance em termos financeiros e orçamentais. Aliás, mandam os princípios da prudência, da racionalidade e do bom senso, que aguardemos pela implementação das novas medidas ao nível dos transportes em toda a região, e depois de analisados os resultados, que estamos em crer, serão extremamente positivos para a generalidade das famílias, que se possa então avançar para outras medidas, que na altura se julguem mais favoráveis.

Votaremos a favor da moção do CDS-PP, relativa à “Melhoria do transporte público rodoviário”, também a favor da moção de “Atribuição de toponímia do nome Zé Pedro – guitarrista dos Xutos e Pontapés” a uma artéria do nosso Concelho.



Votaremos também a favor da saudação do CDS-PP, relativa ao “Hospital Particular de Almada”.

**6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, dizer que aceitamos a sugestão do PSD, em relação à introdução de um complemento à parte deliberativa.

Relativamente às restantes propostas que estão aqui a ser discutidas, acompanharemos a generalidade através da nossa aprovação, apenas, no caso da moção “Mais descentralização, melhor habitação”, do PS, já foi solicitada a votação da parte deliberativa e dos considerandos em separado e também dos pontos em separado. Portanto, não acompanharemos e abster-nos-emos tudo o que são considerações que no fundo nos remetem para aspetos do passado e de situações de guerrilha política com a qual não nos identificamos.

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda, da “Gratuidade dos transportes no dia das eleições”, penso que existem algumas dúvidas legais em relação a essa proposta, o PAN é obviamente a favor da gratuidade dos transportes públicos, todos os dias, em todas as situações, porque consideramos que são um eixo fundamental na sustentabilidade e no desenvolvimento de políticas de sustentabilidade ambiental, no entanto, esta proposta em concreto, dado o enquadramento que está a ser proposto, não conseguiremos votar a favor.”

**6.4.10 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao texto da moção “Mais descentralização, melhor habitação” apresentada pelo Partido Socialista, a CDU considera desde logo que nos encontramos perante um texto profundamente insultuoso, totalmente assente na mentira e na deturpação dos factos, ultrapassando limites que julgávamos impossível ultrapassar, mesmo num quadro de debate entre propostas distintas e até opostas.

Ao mesmo tempo, assume para nós uma enorme curiosidade, que o PS transcreva quase literalmente para uma moção sua, em Almada, as afirmações recentemente produzidas por um ex-presidente do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) em entrevista ao jornal Observador, o Senhor Vítor Reis. Trata-se de uma personagem que seguramente não deixa boa memória à generalidade dos arrendatários do IHRU em Almada, e que por sinal virá brevemente ao nosso Concelho a convite do PSD.

Estranhamos que o PS transcreva para um texto seu as enormidades, as mentiras e os ataques traiçoeiros à gestão dos municípios CDU que o Senhor Vítor Reis produz naquela entrevista. Mentiras e ataques absolutamente difamatórios e caluniosos, porque igualmente absolutamente falsos e desconformes com a realidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

E registamos que o entusiasmo na cópia das falas do ex-presidente do IHRU foi de tal monta, que quase metade do texto da moção que o PS nos apresenta, aqui em Almada e nesta Assembleia Municipal, é dedicada a criticar aquilo que se passa no vizinho Concelho do Seixal. O PS esqueceu-se de retirar da cópia essas considerações totalmente desadequadas, insultuosas e iníquas, sobre um município que não é o nosso. Sobre esta matéria, queremos aliás relembrar, que foi o próprio Ministro da Administração Interna quem publicamente elogiou e sublinhou, a qualidade e importância do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal do Seixal, no que respeita à situação do designado Bairro Jamaica.

No que respeita ao ponto 2 da parte deliberativa deste texto, é preciso que fique bem claro que se algum aproveitamento político da situação vivida no designado Bairro Jamaica aconteceu, não foi seguramente por parte da CDU. Que melhor exemplo de aproveitamento político, aliás, do que este texto proposto pelo PS?

Sobre o Programa Especial de Realojamento, aprovado pelo Decreto-Lei nº 163/93, tratou-se de um protocolo celebrado entre o Estado Central e a Administração Local, que criou um compromisso partilhado para a resolução dos problemas habitacionais das famílias recenseadas nesse período, e que se encontravam em situação de habitação precária. A responsabilidade do Estado Central pela habitação não foi transferida para os Municípios. O Estado Central mantém a principal responsabilidade da habitação no País.

Por outro lado, falar sobre a situação do Bairro do 2º Torrão, omitindo que foi a Câmara Municipal de Almada, durante a gestão da CDU, que desenvolveu o estudo estratégico da Costa da Trafaria, incluindo cinco planos de pormenor que permitiam a disponibilização de terrenos para uso habitacional e manter a população a residir nesta freguesia, um estudo estratégico e cinco planos de pormenor inviabilizados por decisões dos diferentes governos, incluindo do PS, que bloquearam a aprovação desses instrumentos de gestão do território, e inviabilizaram a construção de habitações para aqueles moradores, falar do 2º Torrão é omitir esta realidade só pode ser entendido como má-fé consciente e deliberada.

Como apenas por má-fé se pode entender que o texto apresentado se refira às autarquias geridas pela CDU como recusando “assumir o papel de senhorios que nunca quiseram ter” (uma frase copiada letra a letra da entrevista que já referimos), quando é público e bem conhecido que a Câmara Municipal de Almada é proprietária e gere mais de dois mil e duzentos fogos de habitação social.

E por má-fé temos que entender, igualmente, que o texto do PS omite ostensivamente que no mandato anterior a Câmara Municipal de Almada evitou que mais de mil famílias perdessem a sua casa a favor dos bancos hipotecários, por impossibilidade de pagamento das rendas, fruto da situação de grave crise social promovida pela Troika e com o empenho dos partidos de direita, e que graças à intervenção do plano de emergência social, criado e financiado pelo município, foi possível manterem as suas habitações. Enquanto isso, a personagem em que o PS se inspira para fazer este texto, na direção do IHRU e nesse mesmo período de tempo, aumentou



brutalmente as rendas dos inquilinos da habitação gerida pelo instituto – e ainda assim não tanto como seria o seu desejo –, e para maior espanto conseguiu um feito notável, pelo próprio afirmado e eloquentemente expresso nesta frase publicada no Observador: “eu desocupeei noventa casas num ano em Almada”. Mais não diremos sobre este verdadeiro insulto, a não ser que rejeitamos naturalmente este tipo de agressão gratuita e inopinada, o que naturalmente nos leva a votar contra esta proposta do Partido Socialista. Relativamente às restantes propostas que estão em cima da Mesa.

Sobre a proposta apresentada ainda pelo Partido Socialista, relativa ao “Espaço Cidadão”, nós vamos abster-nos nessa proposta, porque continuamos a considerar que a Loja do Cidadão, é o grande desidrato que temos que garantir para o Concelho de Almada. E temos informação de que estes espaços que foram recentemente inaugurados e que estão em funcionamento, não têm efetivamente, ao contrário do que é dito na moção, não têm efetivamente resolvido grande parte dos problemas que se colocam aos cidadãos. E consideramos mesmo que a abertura destes espaços associado ao encerramento da Loja do Município no Centro da Cidade de Almada foi um erro. E, portanto, não temos condições para votar favoravelmente esta moção.

Relativamente ao documento número oito, já aqui foi levantada a questão da legalidade da proposta que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, nós comungamos dessa preocupação de legalidade, e até de alguma inconstitucionalidade, e desde logo também gostaríamos de colocar aqui uma questão que tem a ver connosco e não tanto com a legalidade em termos mais gerais, é que esta Assembleia Municipal não tem orçamento para poder deliberar uma questão destas. E, portanto, logo aí estaríamos a cometer uma ilegalidade que não podemos assumir. Portanto, iremos votar contra.

Relativamente ao documento número nove, já está, é só a questão das alterações que Bloco de Esquerda aceitou introduzir no texto.

Finalmente, relativamente ao documento número treze, apresentado pelo CDS-PP, nós solicitamos e o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, aceitou a separação do ponto deliberativo em dois pontos e solicitávamos a votação por pontos desta proposta.”

**6.4.11 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É apenas para esclarecer acerca da nossa moção sobre a “Gratuidade dos transportes em dias de eleições”, porque de facto, não há nada na Lei Eleitoral que ponha em causa a nossa proposta, e os municípios têm a capacidade para decidir a gratuidade dos transportes durante um período de tempo ou durante eventos sempre que desejarem. Isso acontece por exemplo, com a Meia Maratona de Lisboa. Durante a Meia Maratona de Lisboa, os transportes de Almada para Lisboa são gratuitos e já o são há muitos anos. E, portanto, pensamos que o dia das eleições será um evento da maior importância. De facto, o que é importante vermos na



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Constituição, é que o direito ao voto é um direito básico, deve estar ao acesso de qualquer pessoa, e se de facto no Município de Almada, o preço dos transportes é impeditivo a que algum cidadão exerça o seu direito, então achamos que a Câmara Municipal deve ter aqui um papel facilitador, deste direito básico a qualquer pessoa.”

#### **6.4.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar a indicação de voto relativamente aos documentos apresentados nesta Assembleia Municipal.

O CDS-PP irá votar favoravelmente todos os documentos, menos aquele que já foi aqui questionado, relativamente à proposta de “Gratuidade dos transportes no dia das eleições”.

Saudar a moção do PSD relativamente a uma matéria que o CDS-PP também tem acompanhado no Concelho, que é a necessidade do transporte de crianças com deficiência, abranger esse transporte, num leque muito mais variado, nesse sentido saudamos essa mesma saudação.

Depois, lembrar e saudar as moções do Partido Socialista, que espelham bem aquilo que tem sido a longo dos anos, o grave problema da habitação, nomeadamente a criação do bairro de barracas e a continuidade do bairro de barracas. Foi dito e afirmado por parte do Presidente do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tem afirmado que a situação é das mais críticas do país. Portanto, esperando que com estas alterações à Lei, com estas delegações de competências, como é evidente esperando assim que os municípios possam ter essa capacidade de com essas novas competências e com esse novo financiamento, ter a capacidade para dar resposta a este flagelo que são os bairros sociais.

Depois saudar também o “Espaço Cidadão”. Tem sido também uma das lacunas neste Concelho em comparação com outros Concelhos. E, portanto, saudar esta realidade que durante muitos anos, foi desejado por parte dos almadenses e que finalmente, com boa vontade, realmente as coisas parecem que têm pés para andar.

Votar também favoravelmente todas as moções apresentadas por parte da CDU, tendo também aqui em consideração algumas notas que são apresentadas na parte deliberativa, mas como já foi solicitada a votação separada, o CDS-PP irá votar favoravelmente todas as moções apresentadas da CDU.”

#### **6.4.13 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar uma saudar à Sociedade Recreativa Musical Trafariense e um abraço especial ao seu Presidente Hélder Lopes.

Relativamente às moções e tentando sintetizar aquilo que será a posição do Partido Socialista em relação a muitas delas, complementando aquilo que já foi feito pelos meus colegas Vanda Silva e Pedro Matias.



Relativamente à moção do PSD, iremos votar favoravelmente, assim como a moção apresentada pelo PAN, relativamente aos “Cuidadores de animais”, o “Teatro Extremo” também, já aqui foi referido que efetivamente têm feito um trabalho quer no Concelho, quer fora do Concelho, e que foi reconhecido por estes prémios.

A saudação ao “Dia Internacional da Mulher”, também iremos votar favoravelmente.

Relativamente à moção do “Dia do Estudante”, e tal como solicitou a Senhora Deputada Municipal Vanda Silva, vamos pedir a votação separadamente da parte deliberativa daquilo que são os considerandos, pois não acompanhamos de todo os considerandos que aqui são feitos, apesar de não terem sido apresentados aqui publicamente nesta Sessão, mas quem os quiser consultar poderá fazê-lo e perceber o porquê de o PS não os acompanhar.

Relativamente à moção do CDS-PP, sobre a “Atribuição de toponímia ao Zé Pedro”, também iremos votar a favor.

Relativamente à recomendação sobre a “Mobilidade” do Bloco de Esquerda. Dizer o seguinte: esta moção parte de um pressuposto errado, que é o pressuposto da questão da autarquia ser a autoridade de transportes competente para organizar o serviço, até aqui está tudo certo, só que acontece que a Autarquia de Almada, o Município de Almada, à semelhança de quase todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, delegaram na Área Metropolitana de Lisboa a competência para fazer o procedimento do serviço de transportes rodoviários. E como tal, aqui o ponto dois da moção, e da parte deliberativa, deixa de fazer sentido, porque obviamente, esta rede de transportes será contratualizada, através da Área Metropolitana de Lisboa, e não isoladamente pelo Município de Almada, porque é assim que se conseguirá um sistema de transportes públicos integrado em toda a região e que consiga servir todos os munícipes. E, portanto, obviamente, vamos pedir a votação ponto por ponto desta moção, concordamos com os considerandos e com aquilo que é o ponto um, obviamente temos que votar contra o segundo ponto exatamente por este motivo, é porque já não é competência da Câmara Municipal, porque a mesma foi delegada. Não obstante e acho que é muito importante referir, a Câmara Municipal fez quando delegou na Área Metropolitana de Lisboa esta competência, deixou uma salvaguarda para que no Município de Almada e de forma a complementar aquilo que será a rede de transportes rodoviária, poderá a própria Câmara Municipal contratualizar alguns percursos de proximidade e de transporte solidário, como é o caso do Bus da Saúde e como é o caso de pequenos percursos em territórios mais isolados. E, portanto, aí a Câmara Municipal também poderá complementar aquilo que será grande rede que será desenhada, digamos assim, pela Área Metropolitana de Lisboa.

Pegando nesta questão e indo também aqui à moção apresentada pelo CDS-PP, relativamente ao “Transporte público rodoviário”. Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, aquilo que nós achamos é que neste momento, o que terá de ser feito pelo Município e por todos nós, é que o concurso que vai ser agora lançado,



garanta efetivamente que este serviço passe a ter a qualidade e a regularidade que é exigida. E, portanto, vamos nos abster nesta moção porque achamos que não é o momento adequado para o ter, já foi no passado, achamos que agora nos devemos concentrar noutras matérias e tentar que esta baixa qualidade não se volte a repetir.

Relativamente à moção do CDS-PP, da “Unidade de gastroenterologia, deixar aqui uma nota. Nós vamos obviamente votar a favor esta moção, o Partido Socialista é por natureza o grande defensor do Serviço Nacional de Saúde e do investimento no Serviço Nacional de Saúde, sempre votaremos a favor disso, achamos é que não é a forma correta de, numa moção de saudação ao Hospital Particular de Almada, no meio dos considerandos e já nem o faz ponto por ponto, que é para ninguém pedir a votação à parte, põe aqui: “e já agora, mais investimento e a construção do centro de saúde”. Achamos Senhor Deputado Municipal, que não é totalmente sério aquilo que aqui tentou fazer.

Relativamente a uma questão de uma proposta do Bloco de Esquerda, percebi agora pela intervenção da Senhora Deputada Municipal Inês Bom, que não a vão retirar, para meu espanto. Porque esta moção é claramente ilegal, é claramente institucional, não compreendemos como é que o Bloco de Esquerda não a retira. E isso só tem uma explicação, é querer fazer um número, e o Partido Socialista não está cá para fazer um número. Porque amanhã o Bloco de Esquerda vai dizer, que pôs transportes gratuitos e outros partidos não quiseram. E, portanto, obviamente vamos votar contra esta moção e ficamos muito satisfeitos que todos os partidos aqui tenham efetivamente revelado não votar no mesmo sentido.”

**6.4.14 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Galdes, ouvi as suas palavras relativamente aos considerandos do documento número três, moção apresentada pelo Partido Socialista, e queria somente responder-lhe desta forma, até porque o PSD foi visado na sua intervenção. De facto, o Bairro do 2º Torrão e as Terras da Costa, são bairros de habitação muito pouco digna para não lhe chamar barracas, porque acho um termo demasiadamente pesado e com uma conotação muitíssimo negativa para os seus habitantes, infelizmente. E não devia ser assim, devia ser para as condições que têm e não para os seus habitantes, isso é um facto há quarenta anos e nada se fez. Isso é um facto. Estão lá os bairros para quem os quiser ver. Portanto, não se consegue compreender, que colocar à discussão situações tão dramáticas e que se fez muito pouco ou quase nada, para não dizer mesmo nada, porque de facto é incomodativo a qualquer cidadão, perceber que os seus concidadãos vivem naquelas condições. E isto são factos.

Relativamente à questão que aqui colocou, e nesse sentido mencionou o PSD, e por isso lhe quero responder. Eu não sei, se aquilo que consta nos considerandos da moção do Partido Socialista, são o decalque das declarações do Ex Presidente do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Vítor Reis, porque não



as li. Porém e uma vez que como ele bem referiu, ele virá ao Concelho de Almada na próxima terça-feira, espero retirar daí todas as dúvidas que eventualmente possa ter porque vou ouvi-lo, e além disso, e uma vez que a atividade é feita na Sala Pablo Neruda, quem quiser está convidado e será de certeza bem-recebido para o ouvir e para tirar qualquer tipo de dúvidas.”

**6.4.15 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A seriedade das moções apresentadas depende do prisma com que cada um olha para as mesmas. De qualquer forma eu quero descansar a Senhora Deputada Municipal do PS, que o CDS-PP aceitou a separação do ponto 1, fazendo do ponto 1, um ponto 2 e já pode votar descansadamente esta mesma moção.”

**6.4.16 – A Senhora Deputada Municipal Inês Bom (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero apenas dizer que aceitamos o pedido da Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, de votar ponto por ponto a recomendação sobre a “Mobilidade”, se bem que achamos que a Câmara Municipal de Almada deve sempre na representação dos seus cidadãos, ter uma palavra a dizer, sobre como é que acha que a Área Metropolitana de Lisboa, como é que vão ser geridos e qual é que vai ser a rede de transportes implementada no seu Município.

Quanto à outra moção, mais uma vez o que aqui foi levantado foram suspeitas de que a moção seria ilegal, mas não houve aqui a apresentação de nenhuma confirmação de que tal seria ilegal, até porque como é óbvio o Bloco de Esquerda tem pessoas que fazem a leitura jurídica destas questões e como tal certificamo-nos de que não é.”

**6.4.17 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não consigo votar este documento, vou ser muito sincero. Não consigo votar porque não consigo perceber de que forma é que tem aplicação prática, como é que a Câmara Municipal, obriga operadores privados a fazerem um serviço ao qual não estão obrigados a fazer, e porque tenho muitas dúvidas que gostava de ver esclarecidas, se a Lei Eleitoral permite isto porque todos nós conhecemos casos em que atropelos à Lei Eleitoral resultaram em penalizações para quem os comete.”

**6.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:**

**6.5.1 – A moção “pelo alargamento do projeto Almada Solidária” foi aprovada por unanimidade.**



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**6.5.2** – O voto de saudação “cuidadores de animais de rua do concelho de Almada” foi aprovado por unanimidade.

**6.5.3** – A moção “Mais descentralização, melhor habitação” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado a seguinte votação:

**6.5.3.1** – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram;

**6.5.3.2** – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 18 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 1 abstenção do eleito do PAN.

**6.5.3.3** – O ponto 3 foi aprovado por maioria com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente;

**6.5.3.4** – O ponto 4 foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 14 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

**6.5.3.5** – O Senhor Deputado Municipal João Gerales da CDU para apresentação de uma Declaração de Voto:  
“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é expressamente referido logo no início da intervenção da CDU a propósito da moção “Mais descentralização, melhor habitação”, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia



Municipal de Almada, a CDU considera o texto apresentado como profundamente insultuoso, totalmente assente na mentira e na deturpação dos factos, ultrapassando limites que julgávamos impossível ultrapassar, mesmo num quadro de debate entre propostas distintas.

A votação por pontos da parte deliberativa não é suscetível de alterar, sequer atenuar, o carácter injurioso e calunioso do conjunto do documento, pelo que o voto de rejeição expresso pelos eleitos da CDU em cada um dos pontos da parte resolutiva moção, reflete com rigor o entendimento de que nenhum dos pontos deliberativos pode ser desligado, no contexto específico daquele texto, dos objetivos reais de insulto e ataque infundado à CDU e à sua gestão no Município de Almada e nos municípios em geral.

Neste quadro, o Grupo Municipal da CDU reitera que reconhece o direito à habitação como um direito fundamental de um Estado de direito democrático e como condição essencial para o exercício dos outros direitos fundamentais e para a efetiva igualdade de oportunidades, como consta do ponto 1 da parte resolutiva do texto desta moção, reafirmando que são as forças políticas que integram a CDU aquelas que mais iniciativas têm desenvolvido nos órgãos competentes, designadamente na Assembleia da República e ao longo de todo o período da Democracia Portuguesa, no sentido da concretização deste direito que o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa consagra desde 1976.”

**6.5.4** – A moção/saudação “pela atribuição ao Teatro Extremo do Prémio Renascença no Brasil e pela atribuição ao Sementes do Selo EFFE pela Associação Europeia de Festivais” foi aprovada por unanimidade.

**6.5.5** – A moção/deliberação “saudação ao Dia Internacional da Mulher – 8 de março” foi aprovada por unanimidade.

**6.5.6** – A moção/deliberação “saudação ao Dia Internacional do Estudante 24 de março” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado a seguinte votação:

**6.5.6.1** – A parte introdutória foi rejeitada por maioria, com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; e 19 votos a favor sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente;

**6.5.6.1.1** – Tendo-se verificado empate na votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou o seu voto de qualidade contra;

**6.5.6.2** – O ponto 1 foi aprovado por unanimidade;

**6.5.6.3** – O ponto 2 foi aprovado por unanimidade;



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**6.5.6.4** – O ponto 3 foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 5 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD;

**6.5.7** – O documento “Espaço Cidadão” foi aprovado por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

**6.5.8** – A proposta “gratuidade dos transportes no dia das eleições” foi rejeitada por maioria com 35 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 3 votos a favor dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

**6.5.9** – O documento “recomendação sobre mobilidade” foi votado ponto por ponto, tendo-se verificado a seguinte votação:

**6.5.9.1** – O ponto 1 foi aprovado por unanimidade;

**6.5.9.2** – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 23 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN; 13 votos contra 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 2 abstenções, sendo 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente.

**6.5.10** – A moção “por um melhor serviço de transporte público rodoviário” foi aprovada por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

13 votos de abstenção dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram.

**6.5.11** – A moção “Saudação ao Hospital Particular de Almada abertura da nova Unidade de Gastroenterologia” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado a seguinte votação:

**6.5.11.1** – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 17 votos de abstenção, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

**6.5.11.2** – O ponto 2 foi aprovado por unanimidade.

**6.5.12** – A moção “Atribuição de Toponímia Zé Pedro – guitarrista dos Xutos e Pontapés” foi aprovada por unanimidade.

**7** – Sendo próximo das 00 horas e 45 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia seguinte, pelas 21 horas e 15 minutos.

**8** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Vereadora Teodolinda Silveira em substituição da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Filipe Pacheco, Rui Carvalheira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, Rui Jorge Martins, Tiago Galveia, Ana Cláudia Dias e Luís Filipe Pereira.

**9** - Foi verificada a presença na reunião dos dirigentes da Câmara Municipal Senhor Miguel Ribeiro e Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 60 Senhores Múncipes.

**10** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

